



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E DESENVOLVIMENTO RURAL
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - AMAZÔNIA
ORIENTAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS**

DANIEL LUCAS RIBEIRO PONTES

**RESISTÊNCIA CAMPONESA À AGROINDÚSTRIA DO DENDÊ NA
COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ EM BUJARU/PA.**

**BELÉM
2017**

DANIEL LUCAS RIBEIRO PONTES

**RESISTÊNCIA CAMPONESA À AGROINDÚSTRIA DO DENDÊ NA
COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ EM BUJARU/PA.**

Dissertação de mestrado apresentada para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, da Universidade Federal do Pará – UFPA, Embrapa Amazônia Oriental.
Orientador: Gutemberg Armando Diniz Guerra.

**BELÉM
2017**

Dados Internacionais de Catalogação- na-Publicação (CIP)
Biblioteca do NCADR/UFPA

Pontes, Daniel Lucas Ribeiro

Resistência camponesa à agroindústria do dendê na comunidade Conceição do Guajará em Bujaru/PA / Daniel Lucas Ribeiro Pontes. - 2017.

100 f. : il. ; 29 cm

Inclui bibliografias

Orientador: Gutemberg Armando Diniz Guerra

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Amazônia Oriental, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2017.

1. Dendê – Bujaru (PA). 2. Agroindústria – dendê – Bujaru - (PA). 3. Comunidades agrícolas 4. Agricultura familiar. II. Título.

CDD – 22 ed.

633.851098115

DANIEL LUCAS RIBEIRO PONTES

**RESISTÊNCIA CAMPONESA À AGROINDÚSTRIA DO DENDÊ NA
COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ EM BUJARU/PA.**

Dissertação de mestrado apresentada para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, da Universidade Federal do Pará – UFPA, Embrapa Amazônia Oriental.
Orientador: Gutemberg Armando Diniz Guerra.

Data da aprovação. Belém - PA: _____/_____/_____

Banca Examinadora

Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra
(Orientador)
NCADR - UFPA

Dr. Jaime Santos Junior
(Membro Titular Externo)
UFABC

Dra. Cátia Oliveira Macedo
(Membro Titular Externo)
UEPA - IFPA

Dr. Heribert Schmitz
(Membro Suplente)
NCADR/PPGSC - UFPA

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e familiares.

A minha mãe Nazaré pela dedicação e afeto por toda à vida. Ao meu pai Luiz Alberto pelos ensinamentos e conhecimento de mundo.

À minha companheira de todas as horas, Cibelly, pela companhia e amor nas horas mais difíceis. Aos familiares dela que contribuem para a minha formação pessoal e intelectual.

Ao Professor Gutemberg Guerra, que participou do meu trabalho como um verdadeiro orientador e amigo, pela confiança e coragem em desenvolver um tema de tamanha responsabilidade e relevância para as Ciências Humanas e para a área Interdisciplinar.

Aos Professores e Professoras do NCADR/MAFDS pela oportunidade de pesquisa na área interdisciplinar voltada para as Ciências Agrárias. A relevância de estudar o cotidiano de famílias no espaço agrário oportuniza um crescimento profissional e pessoal pelo contato com essas organizações e famílias que acrescentam humildade e esperança.

Aos amigos do MAFDS pelos dois anos de troca de saberes e momentos de descontração. A CAPES/CNPQ pelo incentivo de proporcionar as vagas para o ingresso no mestrado e bolsa para o prosseguimento da pesquisa.

Aos professores membros da banca de qualificação, Professora Catia Macedo e Dalva Mota, pelos apontamentos e intervenções propositivas para prosseguimento da pesquisa teórica e de campo.

Aos professores da banca de defesa da dissertação, Professor Jaime Junior e Catia Macedo, pelas considerações do trabalho e observações que foram utilizadas para qualificar o trabalho final.

Aos moradores de Conceição do Guajará pelo acolhimento e credibilidade ao meu trabalho. A confiança na pesquisa foi de fundamental importância para o prosseguimento e término da dissertação.

Aos amigos e amigas feitos no trabalho de campo que ajudaram na logística e informações de pesquisa.

"É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder" (GALEANO, 1990, p.14).

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a resistência camponesa à agroindústria do dendê existente na comunidade Conceição do Guajará, no município de Bujaru no Estado do Pará. A resistência se estabelece devido à introdução da dendeicultura em forma de monocultivo e grande projeto para a Amazônia Paraense apresentando, desta maneira, impactos ambientais e sociais evidentes na localidade, tais como o desmatamento e a visível diminuição de terras cultiváveis pelo campesinato. Este trabalho foi organizado em formato de artigos com o intuito de focalizar a diversidade de análises presentes na pesquisa, colaborando, assim, para posteriores publicações. A pesquisa pautou-se em estudo de campo na referida comunidade rural, utilizando a observação direta, pesquisa qualitativa e bibliográfica para o aproveitamento dos dados e informações resultantes do trabalho de campo e da literatura acadêmico-científica pertinente.

Palavras-chave: Resistência Camponesa; Comunidade Rural; Dendeicultura.

ABSTRACT

This paper has as a goal to analyze the peasant resistance to the palm oil agroindustry existent in Conceição do Guajará community, in Bujarú county in Pará State. The resistance is established because of the introduction of the culture of palm oil as a way of monoculture and a big project to the Amazon from Pará, presenting, this way, environmental and social impacts that showed up in this place, such as deforestation and the visible decrease of farmable lands to peasantry. This essay was organized in an article format willing to focus on the different ways of analysis showed on the research, helping, this way, further publications. This research was based on a field study on the referred rural community, using observation, participant observation, qualitative research and also bibliographic research to the usage of the main data and information obtained by the field and relevant academic-scientific literature.

Keywords: Peasant Resistance; Rural Community; Palm Oil Culture.

LISTA DE SIGLAS

ABAA - Associação Bujaruense de Agricultores e Agricultoras

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

MAFDS - Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável

NCADR - Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Sustentável

SINDTER - Sindicato dos Assalariados e Assalariadas Rurais

STTR - Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadoras Rurais

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ NO MUNICÍPIO DE BUJARU.....	45
FIGURA 2 MAPA MENTAL DOS MORADORES DA COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ - 1990.	60
FIGURA 3 MAPA MENTAL DOS MORADORES DA COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ - 2016.	61
FIGURA 4 CARTA ABERTA SOBRE Á AGROINDÚSTRIA DO DENDÊ.....	71
FIGURA 5 NEGOCIAÇÃO DA NOVA ÁREA DA IGREJA CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ EM 2009.	79

ÍNDICE DE FOTOS, MAPAS E QUADROS

FOTO 1 - IGARAPÉ GUAJARÁ-AÇU.	54
FOTO 2 - IGARAPÉ BRACINHO.	55
FOTO 3 - IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO - 2016.	57
FOTO 4 - IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO - 2015.	58
FOTO 5 - DIA DAS MÃES NA ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO EM 2009.....	74
FOTO 6 - ESCOLA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO EM 2015.....	74
FOTO 7 - CENTRO COMUNITÁRIO EM 2016.....	77
FOTO 8 - RAMAL NÃO FECHADO DA COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ.....	83
FOTO 9 - LIMPEZA DO TERRENO PARA O CULTIVO DE MAMÃO.	88
MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE RURAL CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ.....	47
MAPA 2 - REPRESENTAÇÃO CARTÓGRÁFICA AMBIENTAL DA COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ EM 2002.....	50
MAPA 3 - REPRESENTAÇÃO CARTÓGRÁFICA AMBIENTAL DA COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ EM 2005.....	51
MAPA 4 - REPRESENTAÇÃO CARTÓGRÁFICA AMBIENTAL DA COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ EM 2016.....	52
MAPA 5 - MAPA DA MIGRAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ (1990 - 2016).....	75
QUADRO 1 - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA RESISTÊNCIA CAMONESA DO COTIDIANO E RESISTÊNCIA CAMONESA VIA ORGANIZAÇÃO.....	30
QUADRO 2 - REFLEXÕES A RESPEITO DE RESISTÊNCIA.....	31

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. RESISTÊNCIA CAMPONESA: DUAS ABORDAGENS PARA UM CONCEITO	20
2.1 INTRODUÇÃO	20
2.2 RESISTÊNCIA CAMPONESA DO COTIDIANO.....	21
2.3 RESISTÊNCIA CAMPONESA VIA ORGANIZAÇÃO	25
2.4 A RELAÇÃO ENTRE AS RESISTÊNCIAS	29
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
2.6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
3 CARTOGRAFIA DA RESISTÊNCIA CAMPONESA NA COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ.....	36
3.1 INTRODUÇÃO	36
3.2 A AGROINDÚSTRIA DO DENDÊ NO PARÁ.....	38
3.3 COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ	41
3.5 CARTOGRAFIAS SOCIAIS DA COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ.....	58
3.7 REFERÊNCIAS	63
4 ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA NO TERRITÓRIO CAMPONÊS DA COMUNIDADE RURAL CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ	65
4.1 INTRODUÇÃO	65
4.2 COMUNIDADES RURAIS	66
4.3 O DESPERTAR DA RESISTÊNCIA	69
4.4 MIGRAÇÕES	72
4.5 CONCRETISMOS DA RESISTÊNCIA	77
4.5.1. NEGOCIAÇÃO DO LOCAL PARA A PRÁTICA RELIGIOSA.....	78
4.5.2 EXIGÊNCIA DE UM TUBO NO IGARAPÉ BRACINHO.....	82
4.5.3 FECHAMENTO DO RAMAL.....	82
4.6 PERSPECTIVAS FUTURAS DOS MORADORES DE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ.....	86
4.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
4.8 REFERÊNCIAS	89
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
6 REFERÊNCIAS	94

ANEXO A - HISTÓRICO DA COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ (NÃO FINALIZADO) 2014.	95
ANEXO B - INTERVENÇÃO DA PARÓQUIA SÃO JOAQUIM PARA A PERMUTA DA IGREJA CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ.....	97
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO..	98

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu com o propósito de aprofundar o conhecimento sobre a resistência camponesa de associações, cooperativas e/ou comunidades rurais à agroindústria do dendê na Amazônia Paraense, tema já estudado durante a graduação de Geografia.

Após um diálogo com o professor Heribert Schmitz do Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará (MAFDS/NCADR/UFGPA), tornou-se possível o contato com membros da Associação Bujaruense de Agricultores e Agricultoras (ABAA), possibilitando a realização de um trabalho de campo exploratório no período de 28/07 a 02/08/2015. Essa visita foi importante para conhecer os trabalhos realizados pelos membros dessa associação, assim como a ida à comunidade rural Conceição do Guajará que viria a ser o locus dessa dissertação.

Em visita realizada no dia 01/08/2015 na comunidade Conceição do Guajará foi possível perceber mudanças relacionadas à cultura, religiosidade, meio ambiente e trabalho na localidade. Tais alterações se estabeleceram em virtude da revolta de moradores ocasionada pela introdução da dendeicultura. Tendo em vista essa realidade, escolheu-se esse local para analisar a resistência manifestada pela população.

Foram ouvidos membros de 20 famílias da comunidade estudada, ou seja, 100% das casas que compõem a moradia no local. Além dessa amostragem, foram entrevistados membros da ABAA e 3 ex-moradores de Conceição do Guajará, totalizando 40 entrevistas no total (formais e informais).

A resistência camponesa à integração¹ e ao assalariamento na agroindústria² do dendê se manifesta de formas explícitas ou veladas no cotidiano da comunidade rural

¹Para este trabalho, utilizou-se o seguinte conceito de integração: "De modo geral, podemos interpretar a integração entre indústria e agricultores, por vezes chamada de integração agroindustrial ou produção integrada, como uma estratégia utilizada por determinadas empresas agroindustriais, cujo objetivo é o de assegurar o suprimento de parte da matéria-prima de que seu processo produtivo necessita" (AQUINO, 2013, p.51).

²Para este trabalho, o conceito de agroindústria representa: "Atividade constituída pela junção dos processos produtivos agrícolas e industriais no âmbito de um mesmo capital social, ou, quando tal não acontece, a atividade caracteriza-se por uma grande proximidade física entre a área que produz a matéria-prima agrícola e o seu processamento industrial" (SANDRONI, 1999, p.18).

Conceição do Guajará, localizada na microrregião de Castanhal³, na qual o município de Bujaru está localizado. Consideram-se, nesta pesquisa, várias formas de resistência a serem destacadas, dentre elas a negociação de um novo espaço religioso na comunidade, o protesto contra o uso de agrotóxicos nas plantações de dendê que interferem poluindo a hidrografia da região e a apropriação de vias públicas - ramais - pela iniciativa privada, interferindo no direito de circulação da população residente na área.

Devido à influência da dendeicultura no nordeste paraense e mais precisamente nos municípios de Bujaru (mesorregião metropolitana de Belém) e Concórdia do Pará (mesorregião nordeste paraense), diversas comunidades rurais têm sido afetadas direta e indiretamente por esse monocultivo.

A comunidade rural Conceição do Guajará apresenta características relacionadas às práticas religiosas e comunitárias afinadas com princípios da Igreja Católica - neste caso percebe-se o papel social da igreja na formação dos primeiros líderes, contribuindo para o surgimento da comunidade enquanto espaço identitário. De acordo com o histórico da comunidade⁴ (2013), os primeiros habitantes frequentavam a Igreja Católica e eram oriundos da comunidade Vila do Cravo⁵. Devido à distância (12 km) entre a comunidade estudada e a Vila do Cravo, esses habitantes fundaram, nos anos de 1950, a capela Nossa Senhora da Conceição.

A comunidade tem como padroeira Nossa Senhora da Conceição - fator manifesto de grande ligação com a religião católica. A igreja católica possibilitou a organização de um grupo capaz de coordenar as atividades da igreja e (por consequência) as da comunidade. O grupo é composto por um coordenador – líder comunitário –, vice-coordenador, secretário, tesoureiro e o zelador do patrimônio. O coordenador é o responsável pela mobilização e organização do Culto Dominical, também chamado de Domingo da Palavra realizada aos domingos⁶.

³A microrregião de Castanhal compreende os municípios de Bujaru, Castanhal, Inhangapi, Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá.

⁴O histórico da comunidade foi elaborado por F. S. (24 anos/seminarista religioso) no ano de 2013, com o objetivo de relatar a história dessa comunidade. Encontra-se no Anexo A.

⁵Localizada no km 35 da PA 140, no município de Concórdia do Pará, distante 12 km da comunidade Conceição do Guajará.

⁶De acordo com F. S. (24 anos) existe um calendário religioso da comunidade Conceição do Guajará, fixo a partir do ano de 2011, tendo o Culto Dominical ou Domingo da Palavra realizado todos os domingos no barraco; nas quartas-feiras acontece a leitura orante (é assim que eles classificam essa atividade de culto) da Bíblia que se realiza alternadamente na casa de famílias da comunidade. A Romaria Mariana (de Maria

Conforme as observações em campo, a renda da comunidade é baseada na agricultura familiar, obtida principalmente através do cultivo de mandioca (*Manihot esculenta*, Crantz.), pimenta-do-reino (*Piper nigrum*, L.) e açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), sendo também as aposentadorias um elemento importante da economia local.

Tendo em vista o contexto de surgimento da pesquisa e as principais características do *locus*, será apresentada a seguir a organização desta dissertação.

Este trabalho foi organizado em formato de artigos com o intuito de divulgar os resultados desse esforço acadêmico e as análises presentes na pesquisa.

O primeiro artigo trata de um levantamento teórico sobre resistência camponesa abordada por dois autores: o antropólogo e cientista político estadunidense James Scott, estudando comunidades rurais na Ásia, e o economista e sociólogo belga Jean Hébette, pesquisando na Amazônia oriental brasileira, ambos no último quartel do século XX.

Através de tabelas e análise, neste capítulo, podemos perceber as diferenças e semelhanças nos estudos desses dois autores e como essas teorias podem ser trabalhadas para entender a materialidade da resistência em comunidades rurais. Este capítulo teórico é a base para entender a resistência dos moradores da comunidade Conceição do Guajará.

O segundo artigo explora a realidade da comunidade camponesa Conceição do Guajará e utiliza-se da teoria da resistência camponesa voltada para a realidade local. Aborda a questão da introdução da dendeicultura na Amazônia Paraense e as mudanças dos territórios camponeses da mesorregião nordeste paraense.

A cartografia social foi utilizada neste segundo capítulo para mostrar as mudanças espaciais e territoriais ocorridas nos últimos trinta anos na comunidade: a fundação nos anos de 1950 até os anos de 1990; as motivações da migração de moradores para outras regiões; a transformação de grande parte da comunidade em

mãe de Jesus Cristo) se realiza no mês de maio, ocorrendo novenas nas casas das famílias e o dia da Padroeira da comunidade (Nossa Senhora da Conceição) é festejado no dia 8 de Dezembro.

fazendas bovinas e a entrada da dendecultura empresarial e suas consequências para o território camponês.

No terceiro artigo são abordadas as principais estratégias de resistência camponesa na comunidade Conceição do Guajará, demonstrando as negociações com a empresa Biopalma - responsável pela introdução da dendecultura no local. Apresenta a forma como alguns moradores foram responsáveis em frear o avanço dessa agroindústria do dendê nos territórios camponeses.

Foi elaborada uma linha do tempo resumindo a história e os principais acontecimentos da resistência na comunidade. Foram discutidas as perspectivas futuras dos moradores da região, com o objetivo de entender como eles vêem o território deles com o passar dos anos.

Os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo de caso são a abordagem qualitativa, entrevista não-diretiva, observação direta e a cartografia social. A opção de trabalhar com o estudo de caso justifica-se pelos objetivos do trabalho e por possibilitar a abordagem de aspectos que a complexidade de uma comunidade rural apresenta.

De acordo com Becker (1994) o estudo de caso procura responder a dois objetivos:

Por um lado, tenta chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo: quem são seus membros? Quais são suas modalidades de atividade e interação recorrentes e estáveis? Como elas se relacionam umas com as outras e como o grupo está relacionado com o resto do mundo? Ao mesmo tempo, o estudo de caso também tenta desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estruturas sociais (p.118).

Trabalhar com o estudo de caso exige do pesquisador preparação teórica e metodológica antes e durante o trabalho de campo, no entanto, os objetivos traçados anteriormente da pesquisa de campo devem ser relativizados, pois segundo Becker (1994):

A meta abrangente do estudo de caso, contudo, mesmo que não seja alcançada, tem consequências importantes e úteis. Preparar os investigados para lidar com descobertas inesperadas e, de fato, exige que ele reoriente seu estudo à luz de tais desenvolvimentos. Força-o a considerar, por mais que de modo rudimentar, as múltiplas inter-relações dos fenômenos específicos que observa (p.119).

A realização do estudo de caso exige do investigador observação, preparação para lidar com os desvios (bias) da pesquisa e uma postura corajosa para lidar com os problemas da generalização dos resultados obtidos.

Para qualificar o estudo de caso é adequado utilizar a entrevista não-diretiva, pois para esta pesquisa os saberes, culturas e conhecimentos cotidianos dos agricultores são imprescindíveis para compreender os objetivos propostos neste trabalho. Para Michelat (1987):

[..] a informação conseguida pela entrevista não-diretiva é considerada como correspondendo a níveis mais profundos, isto porque parece existir uma relação entre o grau de liberdade deixado ao entrevistado e o nível de profundidade das informações que ele pode fornecer. A liberdade deixada ao entrevistado (sendo a não-diretividade todavia relativa) facilita a produção de informações sintomáticas que correriam o risco de serem censuradas num outro tipo de entrevista. (p.193)

O objetivo do trabalho é estudar as resistências cotidianas dos camponeses em relação ao monocultivo de dendê, por isso o uso da entrevista não-diretiva torna-se adequado para entender o que os indivíduos da comunidade Conceição do Guajará pensam em relação a essa atividade agrícola empresarial. Para obter tais informações é preciso ganhar a confiança dos entrevistados e ter um tempo maior no trabalho de campo, pois "na entrevista não-diretiva o que se faz é dirigir-se a um participante da cultura estudada perguntando-lhe não mais o que sabe, mas o que pensa, o que sente" (MICHELAT, 1987, p.197).

Outro procedimento metodológico adotado durante o trabalho de campo foi a observação. De acordo com Becker (1994) "o observador não se limita à observação apenas. Ele pode também entrevistar membros do grupo, seja isoladamente ou em grupos" (p.122). O observador verifica a pertinência de coletar dados, documentos, fotos gerados na comunidade (BECKER, 1994).

De acordo com Oliveira (2000) o ato de olhar e ouvir em pesquisa social são simultâneos, e na etapa de tratar os dados, a ação de escrever completa o trabalho do pesquisador e, por isso: "Se o olhar e o ouvir constituem a nossa percepção da realidade focalizada na pesquisa empírica, o escrever passa a ser parte quase indissociável do nosso pensamento, uma vez que o ato de escrever é simultâneo ao ato de pensar" (p.31-32).

Para obter qualidade no tratamento dos dados de campo é necessário hierarquizar as informações da entrevista e do diário de campo. Depois da realização do trabalho de campo não é recomendável transcrever todas as entrevistas, devendo ser hierarquizadas as mais importantes e deixar de lado as menos significativas (BEAUD & WEBER, 2007).

Os procedimentos metodológicos devem ser utilizados de forma simultânea, pois o estudo de caso depende de uma entrevista adequada, de um olhar e ouvir qualificado e de uma redação dos dados que exponha a realidade da localidade fazendo uma relação com o objetivo e as leituras acadêmicas.

Nesta pesquisa, a participação em reuniões e em cultos religiosos (3 cultos dominicais 10/01/17 - 17/01/16 - 24/04/16; aniversário do J.S. (71 anos) no dia 30/04/16; encontro de jovens no dia 23/04/16 e 2 novenas nos dias 19/04/16 e 20/04/16), é imprescindível, assim como a vivência na comunidade com o objetivo de perceber as entrelinhas das falas dos moradores e ter a confiança dos pesquisados para falarem de forma aberta sobre os assuntos desta pesquisa.

A cartografia social ou auto-cartografia propõe o fortalecimento das identidades coletivas e as territorialidades existentes no local. E de acordo com O Projeto Nova Cartografia (2014) "A cartografia se mostra como um elemento de combate", ou seja, como um elemento de resistência para a preservação ambiental e cultural.

Um instrumento utilizado no trabalho de campo foi um termo de responsabilidade livre e esclarecido⁷ para assegurar a proteção legal e moral do pesquisador e do pesquisado, tendo, portanto, o objetivo de evitar constrangimentos e mal entendidos durante e após as pesquisas.

Tomando a decisão de preservar os sujeitos entrevistados, foi utilizado um pseudônimo para essas pessoas, como por exemplo: Açai, Macaxeira, Farinha, Pimenta-reino, Pupunha e Mamão. As escolhas foram baseadas nas principais atividades econômicas e frutas encontradas na localidade.

⁷Apêndice A

A assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A) pelos entrevistados assegura o esclarecimento dos sujeitos pesquisados pelo conteúdo da pesquisa e a confidencialidade dos dados coletados. Esta pesquisa presa pela transparência com os sujeitos pesquisados e tem como objetivo retornar para a comunidade com os resultados obtidos na pesquisa.

2. RESISTÊNCIA CAMPONESA: DUAS ABORDAGENS PARA UM CONCEITO⁸

RESUMO

Este artigo tem como objetivo comparar duas formas de analisar a resistência camponesa em comunidades rurais. As diversidades das perspectivas, ora concordantes ora divergentes foram formuladas pelo cientista político e antropólogo estadunidense James Scott, comunidades na Ásia, e pelo economista e sociólogo belga Jean Hébette pesquisando na Amazônia oriental brasileira, ambos no último quartel do século XX. Esta pesquisa pautou-se em uma revisão teórico-metodológica.

Palavras-chave: conflitos; autonomia; subordinação.

PEASANT RESISTANCE: TWO APPROACHES TO A CONCEPT

ABSTRACT

This article has as a goal to compare two ways of analyze the peasant resistance in rural communities. The diversity of points of view, either agreeing or divergent, was formulated by the U.S. politic scientist and anthropologist James Scott by studying communities in Asia and by the Belgian economist and sociologist Jean Hébette, researching on the Oriental Brazilian Amazon, both on the last quarter of twentieth century. This research was guided on a theoretical and methodological review.

Keywords: conflicts; autonomy; subordination.

2.1 INTRODUÇÃO

Tomando como base os debates acerca da resistência camponesa presente nas referências bibliográficas da sociologia (HÉBETTE 2004; HÉBETTE, MAGALHÃES; MANESCHY, 2002; MELO; SILVA 2013; SCOTT 2002, 2013) pretende-se entender as práticas de resistência em comunidades rurais na Amazônia Oriental.

Neste debate teórico, três escalas de acesso à literatura sociológica foram utilizadas para refletir sobre a resistência camponesa: a global, tomando como base James Scott (2002, 2011, 2013); a nacional, referindo-se aos estudos em diversas regiões e tempos históricos no Brasil (FABRINI, 2007; COSTA; ANDRADE 2013; MELO; SILVA 2013) e a regional demonstrando a capacidade de organização, luta camponesa e os impactos em comunidades rurais paraenses (HÉBETTE, MAGALHÃES e MANESCHY, 2002; HÉBETTE 2004a).

⁸ Aceito para publicação pela Revista Raízes da Universidade Federal de Campina Grande. V. 36, n. 1, jan-jun/2016.

A resistência camponesa analisada neste trabalho pode ser observada sob dois aspectos: o primeiro de forma oculta ou não, percebida a priori, pautado na obra de Scott. A outra forma é a resistência organizada ou em vias de organização através de sindicatos e associações, defendida por Jean Hébette, um pesquisador belga atuante no Brasil e mais precisamente na Amazônia, durante 46 anos (1967-2013). Em seus primeiros anos de moradia em Belém passa por um processo de contato com categorias sociais oprimidas e em seguida faz uma formação que vai resultar no engajamento e produção intelectual que se define entre 1974 e 2004 como essencial para a compreensão das transformações ocorridas na Amazônia.

Scott explicita que para a prática de resistência exista não se faz necessário assumir uma forma de ação coletiva organizada, embora as resistências simbólicas ou ideológicas, como a fofoca, os boatos, os rumores, que são manifestações coletivas, possam ser consideradas e incluídas nesta citação anterior.

Utiliza-se, neste trabalho a pesquisa bibliográfica e as contribuições de autores brasileiros inspirados em James Scott (2002; 2011; 2013) e textos de Jean Hébette (2002, 2004a e 2004b), pelo fato de se distinguirem na descrição de como este movimento ocorre.

2.2 RESISTÊNCIA CAMPONESA DO COTIDIANO

James Scott se propôs a estudar a resistência camponesa publicando sobre o assunto, principalmente, duas obras: *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*⁹ (1979) e *Domination and the arts of resistance*¹⁰(1985), sendo os sujeitos pesquisados os agricultores da Ásia (Malásia, Vietnã e Myanmar).

Scott utilizou a metodologia de trabalho de campo, pesquisando no local durante 18 meses. Através destas obras supracitadas é possível traçar os principais temas do trabalho deste autor: resistência camponesa do cotidiano; poder, dominação, discursos ocultos e discursos abertos. Para esta seção do artigo, o foco será a resistência camponesa do cotidiano.

⁹A *arma dos fracos: formas cotidianas de resistência camponesa*. Tradução livre.

¹⁰Traduzido para o português *A dominação e a arte da resistência* (2013).

A definição de resistência camponesa entendida neste trabalho é a elaborada por Scott (2002) "[...] a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros" (p.11).

A principal diferença entre a resistência cotidiana e outras formas de resistência é percebida quando:

(...) a resistência cotidiana se distingue mais evidentemente de outras formas de resistência é em sua implícita negação de objetivos públicos e simbólicos. Enquanto a política institucionalizada é formal, ostensiva, preocupada com a mudança sistemática e *de jure*, a resistência cotidiana é informal, muitas vezes dissimulada, e em grande medida preocupada com ganhos *de facto* imediatos (SCOTT, 2011, p.223).

Esse ganho de *factos* imediatos, por exemplo, são as pequenas melhorias que os agricultores de Sedaka¹¹ ganharam com o furto de arroz e com o fato de não trabalhar. Representa, assim, uma forma de protestos contra os desempregos da região de estudo de Scott que ocorreram devido à mecanização do cultivo de arroz.

O trabalho da pesquisadora Marilda de Menezes que foi orientada no pós-doc. por Scott, ajuda o entendimento da teoria deste autor. Menezes pesquisou sobre os trabalhadores de cana-de-açúcar no nordeste brasileiro e como esses sujeitos realizam a resistência camponesa.

Menezes e Cover (2015) escreveram sobre a perspectiva de autonomia e de resistência dos camponeses, apoiando-se no debate teórico proposto pelo intelectual estadunidense. Scott (1976)¹² propõe o conceito de economia moral para compreender a racionalidade camponesa e mesmo estudando o campesinato na Ásia (Baixa Burma [*Myanmar*] e Vietnã) o autor tenta explicar a racionalidade da unidade familiar camponesa através do comportamento econômico, social e político (MENEZES e COVER, 2015, p.57-58).

Menezes e Cover (2015) estudaram os agricultores assalariados da cana-de-açúcar no Nordeste Brasileiro e entrevistaram alguns que, primeiramente, reclamaram pagamentos no canavial e depois realizaram uma greve em plena safra. A origem deste

¹¹Lugar do trabalho de campo de Scott no segundo capítulo do livro " *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance* (1979)" publicado em português: SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. Revista Brasileira de Ciência Política, nº5. Brasília, janeiro-julho de 2011, p.217-243.

¹²Livro de James Scott "Economia moral camponesa" (1976).

movimento foi espontânea, não havendo mobilizações por sindicatos no início das manifestações, mas posteriormente houve o envolvimento de lideranças e organizações de forma que a negociação foi feita através da Federação dos Empregados Rurais de São Paulo (FERAESP), do Ministério do Trabalho e da Procuradoria do Trabalho.

Os autores consideram o ato de interromper a safra como de resistência e entende que os líderes desse movimento correm risco de serem marcados como arruaceiros e não conseguirem emprego como cortadores de cana, pois os empregadores e os 'gatos' chamados de 'turmeiros', responsáveis por recrutar os trabalhadores e transportá-los até o alojamento no canavial, estão atentos aos detalhes dessas mobilizações. Eles acabam por identificar e marcar os indivíduos que demonstram maior capacidade crítica e poder de agregação, eliminando-os em processos seletivos posteriores. O caráter espontâneo desse tipo de resistência possui este aspecto de fragilidade, uma vez que não tem nenhuma cobertura legal ou institucional para proteger as lideranças. Esse aspecto pode inibir atos explícitos de resistência. Por outro lado, a cobertura legal é limitada, pois nela fica completamente exposta a liderança, tornando-a previsível e de fácil controle por seus oponentes. Deve-se, entretanto, levar em consideração, que tanto no primeiro como no segundo caso, existem estratégias de blindagem dos principais envolvidos no processo de mobilização e liderança, seja pela manifestação expressa da solidariedade, seja por mecanismos de ocultação dos procedimentos que fazem funcionar a resistência, ou pela construção de uma representatividade que extrapole a corporação, aliando-se a parceiros com capital sociopolítico elevado como técnicos, universitários, agentes governamentais, políticos, artísticos e religiosos.

No texto de Melo e Silva (2013) a chegada da usina sucroalcooleira no noroeste paulista mudou o território que antes era baseado na produção leiteira e de fruticultura. Os sujeitos estudados nesta pesquisa são os descendentes de imigrantes (italianos, japoneses e espanhóis) e migrantes nacionais que vieram para aquela região por causa do cultivo de café no final do século XIX e início do XX (MELO; SILVA, 2013).

As estratégias de resistência desenvolvidas por esses sitiantes (nome dado aos habitantes dos sítios pelos agregados ou assalariados dos engenhos) são relacionadas à permanência da diversificação produtiva, da comercialização e, de caráter subjetivo, os

boatos contra a usina de cana e o desejo de preservar o lazer na região (MELO; SILVA, 2013).

A permanência da diversificação produtiva é uma estratégia de resistência devido ao fato de que "com o passar do tempo, as culturas de subsistência foram perdendo espaço, gradativamente, para as culturas comerciais, sem, no entanto, jamais ter desaparecido por completo" (MELO; SILVA, 2013, p.84). Essa citação demonstra o caráter da segurança e soberania alimentar que os sítiantes tentam manter na região, tanto quanto um aspecto definidor do estilo de vida camponês, qual seja o de administrar uma unidade de produção de alimentos para a sua família, o que lhe dá uma relativa autonomia em relação ao mercado desses produtos.

Uma das contribuições do trabalho de Melo e Silva (2013) trata-se da resistência cotidiana através dos boatos, sendo responsável por impor limites à expansão da agroindústria sucroalcooleira através de estratégias de reprodução do campesinato neste local. Os boatos resultam na indisposição dos sítiantes no processo de arrendamento da terra na microrregião de Jales (Urânia, Santa Salete, Jales, Santa Albertina e Mesópolis) no estado de São Paulo (MELO; SILVA, 2013).

Em artigo tratando da região do Médio Mearim no Maranhão, trata-se a respeito da resistência cotidiana contra a instalação de usinas termoelétricas em comunidades em que existem famílias de quebradeiras de coco babaçu. A indignação das famílias se deu por conta da instalação da usina, pois a empresa responsável relatou que haveria a possibilidade de convivência entre o empreendimento e as famílias. Em seguida a empresa propagou o estudo ambiental e concluiu que as famílias deveriam deixar a comunidade devido a possíveis riscos à saúde (COSTA; ANDRADE, 2013).

Nesse estudo realizado no Maranhão nota-se uma multidimensionalidade da resistência que pode ser percebida através de diversos fatores: sequestros de funcionários da termoelétrica pelos moradores da comunidade e, devido à sensação de humilhação e vergonha que a população sente em relação ao empreendimento na localidade, essas situações acabam ganhando uma dimensão moral da resistência.

Ocorreram greves devido ao impacto ambiental e social da termoelétrica na região do Médio Mearim, fazendo com que "os trabalhadores também adotassem a

estratégia de impedir a mobilidade dos veículos da empresa, ações a que chamaram de greve na estrada" (COSTA; ANDRADE, 2013, p.59).

Desde o começo da instalação dessa termoeletrica a convivência entre a empresa e as famílias tornou-se conflituosa:

A própria empresa que, inicialmente, desejava fazer crer que haveria convivência harmoniosa entre suas instalações e a vida das famílias da Demanda¹³, passou a propagar, desde a elaboração de seus estudos de impacto ambiental, a notícia de que seria, inclusive, perigosa a permanência das famílias no local (COSTA; ANDRADE, 2013, p.56).

O perigo da permanência das famílias no local está no fato da inalação do gás que o empreendimento exala, causando em algumas pessoas, dor de cabeça e tonturas. Mas anteriormente foi propagado que a termoeletrica seria uma 'boa vizinha' e que não teria problemas ambientais para os moradores (através dos estudos de impacto ambiental), no entanto, posteriormente, a empresa ocupou o espaço dos babaçuais (lugar simbólico da comunidade), criando um clima de resistência contra essa agroindústria, culminando na resistência cotidiana e aberta (COSTA; ANDRADE, 2013).

2.3 RESISTÊNCIA CAMPONESA VIA ORGANIZAÇÃO

Um distintivo da produção intelectual de Jean Hébette é a imersão empírica prolongada por mais de trinta anos de estudos na Amazônia Brasileira, começando pela análise do processo de ocupação iniciado com a construção da Belém Brasília (HÉBETTE e ACEVEDO-MARIN, 2004a, 2004b, 2004c, 2004d), passando pelos estudos em Rondônia (Hébette e Acevedo-Marin, 2004e, 2004f) e concentrando-se em pesquisas no Estado do Pará (HÉBETTE, 2004). Esta trajetória acadêmica de três décadas do professor Jean Hébette e que se reflete pelo seu deslocamento na geografia amazônica pode ser acompanhada pela coletânea publicada em 2004 (Hébette, 2004b, 2004c).

No trabalho realizado por Jean Hébette (2004), foi relatada a resistência dos posseiros em área de fronteira no Sudeste Paraense, em particular a resistência dos posseiros ao Programa Grande Carajás. Referente a este tema se destacam os artigos intitulados *Resistência dos Posseiros* (2004b); *A resistência dos posseiros no Grande Carajás* (2004c) e *Metamorfose de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu*

¹³Essa localidade compõe-se de 70 famílias e está localizada na região dos Cocais, no Médio Mearim Maranhense, nos municípios de Santo Antônio dos Lopes e Capinzal do Norte (COSTA; ANDRADE, 2013).

Paraenses (2009) em parceria com Edna Moreira, que tinham como objetivo analisar o campesinato na Amazônia.

A resistência retratada no texto sobre os posseiros¹⁴ no Sudeste Paraense está associada às lutas pelos direitos de propriedade e contra as violências sofridas no campo, sendo estes dois aspectos sinônimos da própria resistência. A origem desse posicionamento resistente remonta à migração de pequenos agricultores/lavradores, médios e grandes fazendeiros, proprietários e empresas agropecuárias de regiões do nordeste, sudeste e sul do Brasil em direção ao sudeste paraense, incentivados pela concessão de terras pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com a abertura da Rodovia Transamazônica na época da Ditadura Militar no Brasil (HEBÉTTE, 2004a).

Migraram também posseiros que não se submeteram à burocracia do INCRA, mas sofreram violências de proprietários de terras, grileiros e do próprio Estado, conforme demonstra Hébette:

(...) com grau menor e maior de violências e de forma variada, [os grandes proprietários de terras] pressionaram os pequenos: aproveitaram necessidades financeiras dos lavradores (doenças e más safras) para negociarem lotes a vil preço; largavam animais nas roças dos colonos; ameaçavam-nos no INCRA, exibindo títulos falsificados sobre as posses; mandavam policiais para atemorizá-los ou oficial de justiça para os expulsar; contratavam pistoleiros para matar (HEBÉTTE, 2004c, p.192).

Esse clima de violência no campo paraense influenciou os agricultores a buscarem uma solidariedade e uma organização para lutarem por seus direitos não respeitados por órgãos governamentais e por políticos/latifundiários da região. Através desse debate surgiram as Associações que buscavam uma luta diferente do assistencialismo do Sindicalismo Rural do sudeste paraense. Essas associações buscavam a melhoria social dos ameaçados e dos excluídos da terra e esta luta teve como parceria os movimentos religiosos do campo, como o Movimento Eclesial de Base (MEB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

De acordo com Hébette o isolamento social e político tornou-se um problema para muitos agricultores: "O isolamento físico, ou social e, às vezes, o individualismo

¹⁴Neste trabalho posseiro é entendido como aquele que utiliza a terra como moradia e para promover o seu sustento pelo seu trabalho e de sua família (GUERRA, 2013).

foram fatais para muitos, que tiveram que se dobrar diante das ameaças e acabaram por abandonar suas posses" (HEBÉTTE, 2004c, p.192).

Hébette (2004c, p. 205) afirma que a resistência coletiva, primeiramente pela força da união, depois através das associações e posteriormente com a mudança das lideranças dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais com a redemocratização do Brasil, é uma resistência necessária para os camponeses excluídos da terra e que lutam por uma Reforma Agrária no país.

No texto *A resistência dos posseiros no Grande Carajás*, Hébette retrata a trajetória de camponeses de duas áreas relativamente próximas – ainda que distintas – do Pará: a primeira de posseiros residentes da PA 150 (atualmente BR-222) que liga o município de Marabá à rodovia Belém-Brasília e a outra é onde se encontram os atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí.

Os posseiros da PA 150 são oriundos de outras áreas e migrações tanto internas ao Pará como de outras regiões do país. Vindos principalmente do nordeste brasileiro, ocuparam desde a PA 150 até a rodovia Transamazônica, mas sofreram pressão social, econômica e militar nas disputas pela terra e habitam região de fronteira na década de 1980.

Os conflitos em torno da ocupação do território na PA 150 apresentam interesses diversos: o campesino presente pretende reproduzir-se no cotidiano de seu trabalho enquanto os grandes proprietários de terras, manipulando o aparelho do Estado, tentam expulsá-los para especular ainda mais sobre esta terra. A favor do campesinato tratado “tinham a força da união, o conhecimento de cada palmo de terra e a habilidade desenvolvida no confronto com a natureza” (HÉBETTE, 2004c, p. 205).

Tanto nos atos de resistências na PA 150 quanto no dos expropriados de UHT (Usina Hidrelétrica de Tucuruí) os 'inimigos' distintos se apresentam ora como o Estado a serviço do capital e não do campesinato, ora os jagunços, pistoleiros ou agentes do latifúndio ocultados ou invisibilizados. Conforme Hébette:

A situação era diferente na PA-150: ali, as agressões eram individuais, localizadas. Envolviam de cada vez um grupo limitado; o inimigo era invisível. Andava solto nas ruas, tinha rosto e apelido. (...) Aqui era bem diferente [atingidos pela UHT]. O inimigo era impessoal,

distante, poderoso a julgar pela ambição, pelas máquinas, pelos carros oficiais que traziam os funcionários dos quais alguns vestiam a camisa da função e outros cumpriam apenas obrigações impostas (HÉBETTE, 2004c, p.206).

O inimigo impessoal no segundo caso mencionado é a empresa governamental Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS) responsável pela construção da Hidrelétrica. Se era impessoal, era institucionalizado, o que lhe dava uma aura de poder e representatividade legitimada pela insígnia de estatal. De acordo com Hébette (2004c) os camponeses pouca reação tiveram à investida do Estado, e embora tentassem (CASTRO, 1989), não tiveram uma organização capaz de resistir às investidas da ELETROBRAS.

Hébette relaciona o tema fronteira amazônica com o de resistência camponesa, apresentando uma complexidade para estudar a resistência em uma região de fronteira, porque contém inúmeros conflitos e interesses. No caso dos agricultores estudados na PA-150 recebem apoio de religiosos (HEBETTE, 2004c, p. 205) e da Igreja Católica para continuar a luta pela terra (PEIXOTO, 1990; 1991).

Para entender o conceito de fronteira debatido por Hébette, recorre-se a Martins (1997). Este autor apresenta duas formas de expansão da fronteira: a frente de expansão e a frente pioneira. A primeira está relacionada ao grande capital que compra terras para transformar o território em ganho capitalista, como os Grandes Projetos da Amazônia, a exemplo do Programa Grande Carajás (PGC). A segunda caracteriza-se por ser incentivada pelo Estado, sendo os pioneiros que abrem áreas não exploradas economicamente para entrar no sistema capitalista, a exemplo da Amazônia que é a maior fronteira do país (MARTINS, 1997). Portanto:

[..] o avanço da frente pioneira sobre a frente de expansão e a conflitiva coexistência de ambas é mais do que contraposição de distintas modalidades de ocupação do território. Ao coexistirem ambas na *situação de fronteira*, dão aos conflitos que ali se travam - entre grandes proprietários de terra e camponeses e entre civilizados, sobretudo grandes proprietários, e índios - a dimensão de conflitos por distintos projetos históricos ou, ao menos, por distintas versões e possibilidades dos projetos históricos que possam existir na mediação da referida situação de fronteira. Essa situação de fronteira é um ponto de referência privilegiado para a pesquisa sociológica porque encerra maior riqueza de possibilidades históricas do que outras situações sociais. Em grande parte porque, mais do que o confronto entre grupos sociais com interesses conflitivos, agrega a esse conflito também o

conflito entre historicidades desencontradas (MARTINS, 1997, p.155).

[..] Trata-se de uma luta camponesa típica da Amazônia moderna, por razões ecológicas e históricas, cuja referência simbólica foram os embates dos seringueiros do Acre. Uma luta cujas armas foram e são a vontade de autonomia e a organização coletiva camponesa. A originalidade de Porto de Moz consiste no fato de a resistência não ter sido de um só grupo profissional - os seringueiros -, mas de uma diversidade de produtores e de organizações rurais unidas, no ponto de partida, pelo pertencimento comunitário e identitário à Igreja católica, na linha da Teologia da Libertação e, posteriormente, identificados por referências seculares as suas próprias organizações (MOREIRA e HÉBETTE, 2009, p. 205).

As semelhanças da abordagem hebettiana com os estudos de Scott são encontradas na solidariedade entre os grupos de resistência, trazendo para a luta um caráter de coesão do movimento, de racionalidade e de moral camponesa. Tais apontamentos permitem diferenciá-las do Estado e das lógicas empresariais que invadem o território consolidado do campesinato.

As principais diferenças estão relacionadas à 'resistência passiva' que Scott chama de resistência cotidiana devido a esta última conceituação levar em consideração as lutas ocultas dos camponeses para não sofrerem represália dos considerados dominantes. Os boatos e as fofocas são fundamentais para demonstrar insatisfação e vergonha por grandes projetos em comunidades rurais. Outro elemento é a representatividade do líder de um movimento de resistência que para Scott não precisa ser exposto por uma pessoa que assuma este papel, mas por um conjunto de pessoas que organizem a ação.

As contribuições de Hébette (2004a) tornam-se relevantes para este estudo na medida em que se considera seu campo empírico (a Amazônia). Scott (2002), ainda que tenha estudado comunidades rurais localizadas na Ásia (especificamente na Malásia), apresenta contribuições para o estudo aqui realizado, devido à preocupação em conceituar a resistência camponesa e aprofundar-se nas estratégias de luta no cotidiano. Para tanto, faz-se necessário selecionar as informações apresentadas pelos autores a fim de que esta pesquisa possa apresentar uma realidade diferente e significativa.

2.4 A RELAÇÃO ENTRE AS RESISTÊNCIAS

Em comparação realizada entre as duas formas de resistências estudadas neste trabalho, apresenta-se o Quadro 1 para mostrar as principais características de ambas:

QUADRO 1 - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA RESISTÊNCIA CAMPONESA DO COTIDIANO E RESISTÊNCIA CAMPONESA VIA ORGANIZAÇÃO.

Resistência camponesa cotidiana	Resistência camponesa via organização
Expressa-se por indivíduos ou grupos sem organização formal.	Expressa-se via organizações representativas da categoria.
Enfrenta situações conjunturais e nelas se esgota.	Pretende uma mudança político-social estrutural.
É baseada em discursos ocultos, fofocas e boatos sem autores identificados.	Envolve diversos participantes, tanto do meio rural como do meio urbano e se expressa em discursos de representantes legitimados.
A mobilização é espontânea e não se expõem os líderes, indivíduos ou grupos responsáveis pela mobilização.	A mobilização ocorre a partir da influência das Igrejas, principalmente cristãs, Associações de moradores e Sindicatos Rurais.
Acontece com o intuito de ganhos imediatos.	Tem uma perspectiva institucionalizada e de longo prazo.

Fonte: Pesquisa bibliográfica.

Demonstrando as características tornam-se evidentes as diferenças entre as resistências. Percebe-se a pertinência de estudar esse conceito de forma objetiva e organizada, visto que podem ser agregadas inúmeras características a ele. O quadro acima pode servir para o pesquisador guiar-se na pesquisa de campo e identificar que tipo de resistência está observando.

Reconhece-se que essas formas de expressão de resistências não são as únicas, sendo muitas vezes encontradas na prática associadas em comunidades rurais, devido ao objetivo, dominação e o tipo de luta camponesa.

Para facilitar o entendimento das propostas de análise do termo resistência, faz-se necessário demonstrar, através do Quadro 2, as principais reflexões a respeito do conceito de resistência. Scott propõe o conceito de resistência camponesa cotidiana e

resistência camponesa (ou micro-resistência). Hébette não apresenta conceitos para resistência, mas tenta contextualiza-la com outros agentes e contextos tais como movimentos sociais e fronteira.

QUADRO 2 - REFLEXÕES A RESPEITO DE RESISTÊNCIA.

<p>[...] a luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros (SCOTT ,2002, p.11).</p>	<p>São obviamente as situações concretas de fronteira que determinam o posseiro a lutar. É a forma particularmente violenta e tangível assumida pela opressão que força o camponês a reagir. É decisivamente, como já foi mencionado, o aspecto fatal do confronto e da rígida alternativa que este confronto envolve: ou finca o pé ou abdica de vez de seu meio de vida e de sua profissão de lavrador e se proletariza (HÉBETTE, 2004c, p.212).</p>
<p>Micro-resistência entre camponeses é qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (renda, impostos, deferência) cobradas à essa classe por classes superiores (proprietários de terra, o estado, proprietários de máquinas, agiotas ou empresas de empréstimo de dinheiro) ou avançar suas próprias reivindicações (terra, assistência, respeito) em relação às classes superiores (SCOTT, 2002, p. 24).</p>	<p>Particularmente no caso dos posseiros da PA-150, o processo tem tido início com reações espontâneas, individuais e muito limitadas. Não é a simples repetição dos atos de defesa que a transformaram numa resistência e um amadurecimento coletivo que levou do nível da defesa pessoal ou grupal ao nível político com certo grau de luta de classe. Isso resultou da própria <i>práxis</i> dos posseiros, pois é o próprio confronto direto com latifúndios, grileiros e empresas que lhes tem permitido identificar os seus verdadeiros opressores: o capital e o Estado. Identificar no sentido mais amplo da palavras: reconhecê-los, aponta-los, discernir seus traços distintivos, enfim conhecê-los (HÉBETTE, 2004c, p.213).</p>
<p>(...) as armas ordinárias dos grupos relativamente desprovidos de poder: relutância, dissimulação, falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem e assim por diante. (...) Elas exigem pouca ou nenhuma coordenação; representam uma forma de autoajuda individual; e tipicamente evitam qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou as normas da elite (SCOTT, 2011, p.219).</p>	<p>A resistência tem também levado os camponeses a sair do "isolamento" que lhes é frequentemente atribuído; primeiro pelo conhecimento de situações análogas nas mais diversas partes do país; segundo, por um início da articulação de sua luta com a de outros oprimidos. A descoberta de problemas idênticos aos seus tem sido importante para a sua mobilização. É a partir de um encontro sobre pastoral das barragens que se identifica a resistência dos apropriados... A participação em reuniões regionais ou nacionais, a circulação de um número impressionante de pequenos jornais de associações locais, de panfletos, de documentos de denúncias, os relatos espontaneamente transmitidos na ocasião de deslocamentos; tudo isso tem contribuído para conscientizar os camponeses de que a sua opressão fazia parte de uma pressão maior, que o rosto do inimigo local representava apenas uma das inúmeras testas</p>

	de um inimigo mais amplo. A luta deu oportunidade ainda a um início de articulação das lutas em nível nacional. Mas trata-se aqui de um processo muito mais lento, cujo o avanço depende de um nível de organização mais desenvolvido (HÉBETTE, 2004c, p.214).
--	--

Fonte: Pesquisa bibliográfica

As citações acima demonstram a preocupação desses pesquisadores com o tema, sendo esse conceito associado a outros, como dominação (Scott) e movimentos sociais e fronteira (Hébette).

Scott, devido ao olhar antropológico, observa com ênfase o caráter do cotidiano da resistência levando em consideração o espaço agrário do campo de pesquisa. No Sudeste Asiático os camponeses não cultivam o arroz em larga escala em sua propriedade, pois dependem do arrendamento da terra, por isso, não podem resistir de forma aberta ao arrendatário (proprietário da terra). Deste modo, ficam sujeitos aos riscos de perder o acesso iminente à terra.

Há diferenças nas duas citações apresentadas por Scott. A primeira conceitua resistência camponesa do cotidiano e a segunda conceitua apenas a resistência camponesa. Tanto na primeira quanto na segunda fica evidente a luta de classes antagônicas entre os donos da terra (proprietários) e o explorado (camponês), como pode ser evidenciada no trecho a seguir: "qualquer ato de membros da classe que tem como intenção mitigar ou negar obrigações (...) cobradas à essa classe por classes superiores" (SCOTT, 2002, p. 24).

Em Hébette o conceito de resistência não é contextualizado no local, muitas vezes associado com o de fronteira. Por isso, na primeira citação é dito que a resistência e o conflito acontecem na situação da fronteira. Para o autor, o conceito de resistência está no âmbito da luta, na terra, por melhores condições de vida: "ou finca o pé ou abdica de vez de seu meio de vida e de sua profissão de lavrador e se proletariza" (2004, p.212).

Na segunda citação, Hébette retoma a ideia da prática (*práxis*) associada à resistência, ou seja, o camponês, através da luta coletiva, reconhece e confronta o inimigo para permanecer na propriedade rural. Já a terceira citação apresenta de que

maneira as outras instituições contribuem para que a resistência camponesa tenha efeitos nos casos estudados por este autor.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dualização entre as abordagens de James Scott e Jean Hébette sobre resistência pode não ser a mais adequada, principalmente se contextualizarmos as situações estudadas em um trabalho de campo. No caso de Hebette, podemos concluir pela predominância da resistência organizada, com o apoio de instituições, o que não exclui fases em que se prescinde da resistência velada, oculta, protegida por mecanismos anteriores ao da organização.

A diferença entre os povos retratados nesse trabalho é justamente que os agricultores asiáticos estudados tem uma relação de dominação tanto da terra quanto do trabalho e por isso não podem demonstrar insatisfações abertas aos fazendeiros sobre a mecanização agrícola do cultivo de arroz e as consequências da perda do emprego. Já no caso dos agricultores da Amazônia a forma mais adequada de conseguir mudar a realidade da violência e o descaso das autoridades são as mobilizações e as parcerias no campo institucional para ter uma maior visibilidade do problema local. Ademais, esse processo de resistência ocorre paralelo ao processo de democratização do país, em que categorias excluídas por força da modernização da agricultura brasileira, perderam suas terras e tem conseguido, por ação dos movimentos sociais, resistir e/ou reintegrar-se em áreas como a Amazônia.

O debate sobre resistência camponesa é atual devido ao prosseguimento dos grandes projetos no Brasil e regionalmente na Amazônia, como as monoculturas das agroindústrias do dendê, da soja, da cana e as Hidrelétricas, provocando conflitos ambientais e reações de comunidades rurais, como as resistências camponesas.

2.6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, E. M. R. de. Resistência dos atingidos pela barragem de Tucuruí e construção de identidade. CASTRO, E. M. R. de; HEBETTE, Jean (orgs.). *Na trilha dos grandes projetos. Modernização e conflito na Amazônia*. Belém, NAEA/UFPa, 1989. 41-70.

COSTA, Benedita. de C. F; ANDRADE, Maristela de P. Briga com poderosos: Resistência camponesa contra grandes projetos no Maranhão. *Raízes*, v.33, n.2, jul-dez/2013.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. *O Posseiro da fronteira: Campesinato e sindicalismo no sudeste paraense*. Belém, editora Paka-Tatu, 2ªed, 2013.

HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004a. vol. I, II, III e IV.

HÉBETTE, Jean. A resistência dos posseiros. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004b. vol. II, p. 191-196.

HÉBETTE, Jean. A resistência dos posseiros no Grande Carajás. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004c. vol. III, p. 203-220.

HÉBETTE, Jean, ACEVEDO MARIN. A ligação rodoviária Norte-Sul: sonhos e realidade. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004a. vol. I, p. 35-39.

HÉBETTE, Jean, ACEVEDO MARIN. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais. Reflexões sobre a colonização em torno da rodovia Belém-Brasília. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004b. vol. I, p. 41-73.

HÉBETTE, Jean, ACEVEDO MARIN. O impacto da Belém-Brasília e o desenvolvimento do baixo terciário nas zonas urbanas da rodovia. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004c. vol. I, p. 89-106.

HÉBETTE, Jean, ACEVEDO MARIN. Mobilidade do trabalho e fronteira amazônica: a Belém-Brasília. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004d. vol. I, p. 107-152.

HÉBETTE, Jean, ACEVEDO MARIN. Estado e reprodução da estrutura social na fronteira: Ariquemes em Rondônia. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004e. vol. I, p. 245-310.

HÉBETTE, Jean, ACEVEDO MARIN. État et appropriation sociale de l'espace dans le front pionnier amazonien: Colonisation à Ariquemes, Rondônia/Brésil. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004f. vol. I, p. 311-329.

HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia B.; MANESCHY, Maria. C. *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém, EDUFPA, 2002.

HÉBETTE, J.; MOREIRA E. S. Metamorfoses de um campesinato nos Baixos Amazonas e Baixo Xingu paraenses. In: GODOI, E.; MENEZES, M.; ACEVEDO MARIN, R. *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: MARTINS, José de Souza.

Fronteira: A degradação do outro nos confins do trabalho. São Paulo: Editora contexto, 2ª edição. 1997. p.131-179.

MELO, Beatriz Medeiros de; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Expansão canavieira e resistência sitiante. *Raízes*, v.33, n.2, jul-dez /2013.

MENEZES, Marilda Aparecida de; NASCIMENTO, Celso Gestermeier do. Práticas cotidianas de resistência: Diálogos de pesquisa com a obra de James Scott. *Raízes*, v.33, n.2, jul-dez /2013.

MENEZES, Marilda A. de; COVER, Maciel. Trabalhadores migrantes nos canaviais do Estado de São Paulo: formas de resistências e movimentos espontâneos. In: RIELLA, Alberto; MASCHERONI, Paola (Orgs.). *Asalariados Rurales en América Latina*. Montevideo: CLACSO, 2015.

PEIXOTO, Rodrigo Correa Diniz. *Igreja e camponeses na Fronteira do Araguaia Tocantins*. Belém: 1990. 216 p. (Tese. Mestrado. UFPA/NAEA/PLADES).

PEIXOTO, Rodrigo Correa Diniz. Problemas atuais da ação da Igreja na Região do Araguaia Tocantins. In: ANPOCS/IAF: Brasil Norte Nordeste. Rio de Janeiro: EBAL, 1991. 115 - 140.

SCOTT, James. *The moral economy of the peasant. Rebellion and subsistence in southeast Asia*. New Haven: Yale University, 1976.

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº5. Brasília, janeiro-julho de 2011, p.217-243.

SCOTT, James. *A dominação e a arte da resistência*. Lisboa: Livraria Terra Livre, 2013.

3 CARTOGRAFIA DA RESISTÊNCIA CAMPONESA NA COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as representações cartográficas tanto de três croquis elaborados pelos próprios moradores quanto de quatro mapas produzidos pelo pesquisador sobre a comunidade rural Conceição do Guajará em Bujaru/PA. A metodologia utilizada foi a observação, tomada de pontos com aparelho de GPS (modelo Etrex 10 Garvin) pelo pesquisador entre os dias 08 a 18/01/2016 e 19/4 a 04/05/2016, entrevistas não-diretivas e a cartografia social. A revisão teórico-metodológica pautou-se em autores que estudam a influência da dendeicultura no espaço rural amazônico e em dois pesquisadores que estudaram a resistência camponesa: James Scott e Jean Hébette.

Palavras-chave: Cartografia social; resistência camponesa; agroindústria do dendê.

CARTOGRAPHY OF THE PEASANT RESISTENCE IN CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ COMMUNITY

ABSTRACT

This article has as a goal to analyze the cartographic representations even by the resident and by the researcher in the rural area of Conceição do Guarajá community in Bujarú /PA. The methodology adopted was the observation, taken by GPS spots (Etrex model 10 Garvin) between January 1st to January 18th 2016 and April 19th to May 4th, using no directive interviews and social cartography. The theoretical and methodological review was based in authors who research the influence of palm oil culture on the amazon rural space and in two researchers who study the peasant resistance: James Scott and Jean Hébette.

Keywords: Cartographic representation; peasant resistance; Palm Oil agroindustry.

3.1 INTRODUÇÃO

Este artigo demonstra a produção de representações e analisa as cartografias produzidas pela comunidade Conceição do Guajará em Bujaru/PA. É feita a análise tanto dos croquis elaborados pelos próprios moradores quanto dos mapas produzidos durante o processo de pesquisa e em diálogo com o pesquisador, admitindo-se portanto um certo grau de indução, nesse segundo caso. Foi elaborado também um mapa pelo pesquisador durante os procedimentos de pesquisa in loco, permitindo uma comparação entre essas cartografias.

As cartografias elaboradas pelos moradores da comunidade foram produzidas durante a pesquisa, com o intuito de entender as mudanças territoriais e sociais ocorridas desde os anos de 1990, abrangendo o período de maior população na área (60 famílias em 1990), as vendas das terras, introdução da dendeicultura e o período de menor habitação na localidade (15 famílias em 2010).

É possível perceber que a resistência camponesa se concretiza na fala dos moradores contrários à agroindústria de dendê (*Elaeis guineensis*, Jacq.) implantada nesta localidade tanto quanto no senso crítico desenvolvido sobre o que vem ocorrendo no território.

O objetivo deste artigo é entender as mudanças ocorridas nesta comunidade rural e como os moradores percebem e representam tais alterações provocadas pela implantação de estabelecimentos produtores de dendê integrados a ou da própria agroindústria em torno da comunidade, tanto quanto as políticas públicas que apoiam esse movimento do capital e a saída de 43 famílias da localidade entre os anos de 1990 e 2008, o que configura 2/3 do total das unidades familiares.

Neste trabalho definimos resistência camponesa conforme o cientista político e antropólogo estadunidense James Scott (1985, p.30) "*the prosaic but constant struggle between the peasantry and those who seek to extract labor, food, taxes, rents, and interest from them*" (a prosaica mas constante luta entre os camponeses e aqueles que querem extrair deles o trabalho, o alimento, os impostos, os aluguéis e os lucros - tradução livre).

Outro autor utilizado foi o economista e sociólogo Jean Hébette (2004c), que analisa os ganhos sociais com a prática da resistência camponesa a partir da seguinte reflexão:

A resistência tem também levado os camponeses a sair do "isolamento" que lhes é frequentemente atribuído; primeiro pelo conhecimento de situações análogas nas mais diversas partes do país; segundo, por um início da articulação de sua luta com a de outros oprimidos. A descoberta de problemas idênticos aos seus tem sido importante para a sua mobilização (HÉBETTE, 2004c, p.214).

Compreende-se que a resistência camponesa por Hébette está relatando a situação de fronteira estudada por esse pesquisador em 30 anos na Amazônia, bem como a capacidade de reação, via organização, por parte desses camponeses. Trata-se de

um movimento de afirmação de uma identidade de classe definida pela relação com a terra, enquanto meio de produção, pelo emprego do trabalho da família, pelo estabelecimento de unidades produtivas de base alimentar e por uma autonomia em relação ao mercado e ao estilo de vida livre de influências externas ao seu modo de produção e reprodução material e imaterial.

Considera-se que no caso da produção da cartografia em conjunto com representantes da comunidade dois elementos foram fundamentais como instrumentos da leitura que se pode fazer do que vem ali ocorrendo. Em primeiro lugar a memória como dispositivo coletivo (HALBWACHS, 2006) que permite aos comunitários refletir sobre os efeitos da implantação da agroindústria na localidade em que vivem e como as suas vidas se transformam e podem ser referenciadas concretamente por alterações na paisagem, na qualidade da água, na biodiversidade reduzida, na agressão à organização social, produtiva e religiosa. Em segundo lugar o domínio do território e do que nele ocorre pela capacidade de representação do espaço em forma de desenho comparáveis aos mapas elaborados pelos geógrafos, conforme passamos a demonstrar. Esses dois elementos – memória coletiva e representação espacial – se constituem em instrumentos poderosos de resistência identitária.

3.2 A AGROINDÚSTRIA DO DENDÊ NO PARÁ

O trabalho de campo foi realizado em uma comunidade rural que não possui indivíduos integrados à dendeicultura, embora 3 membros de uma das famílias trabalhem como assalariados na empresa Biopalma (atuante na região), paralelamente, portanto, ao trabalho na agricultura.

A comunidade possui 20 famílias, sendo que 17 dessas trabalham com a agricultura familiar e 2 residem em uma fazenda de gado bovino, não pertencente a Biopalma, e são assalariadas na mesma; e na família restante 3 membros são assalariadas da empresa Biopalma.

Faz-se necessário uma explicação da agroindústria do dendê e as consequências desse monocultivo e do projeto de desenvolvimento para o nordeste paraense e municípios próximos, como Bujaru.

Os autores utilizados nessa revisão bibliográfica realizaram as pesquisas na região nordeste paraense e em municípios próximos, como a pesquisadora Maria Backhouse que estudou os municípios de Bujaru, Concórdia do Pará, Tomé-Açu, Acará e Moju, sendo que conviveu no ano de 2011 - em Bujaru - na mesma residência que o autor desta dissertação utilizou para se hospedar durante o processo de pesquisa na região urbana desse município.

Backhouse (2013) estuda o lado político do projeto da dendeicultura, relatando:

O objetivo político da iniciativa é, por intermédio da implementação de um cultivo ecologicamente sustentável em áreas chamadas “antropizadas” ou “degradadas”, construir uma situação de “triplo ganho”, isto é, um cenário em que setor de óleo de palma, proteção ao meio ambiente, assim como desenvolvimento rural sejam igualmente beneficiados (p. 04).

De acordo com Backhouse (2013), Nahum e Santos (2013), Souza (2014), e Sampaio (2014) as principais políticas públicas para incentivar o dendê - O Programa Nacional de Produção do Biodiesel (PNPB), Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo (PSOP), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) Eco Dendê e o Selo Combustível Social - não promovem o desenvolvimento territorial rural pretendido e/ou anunciado.

O PNPB tem como objetivo implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social, garantia de preços competitivos, qualidade e suprimento e produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas em regiões diversas. Com isso, ocorre uma mudança na dinâmica territorial, através do fomento à expansão de empresas que cultivam o dendê em grandes terras, como a Biopalma/Biovale, Petrobras Combustível, Marborges, ADM, entre outros (NAHUM; SANTOS, 2013).

A política do PSOP tem como objetivo expandir a produção de óleo de palma no Brasil, assim como garantir a produção em bases ambientais e sociais sustentáveis. Tem como diretrizes principais a preservação da floresta e da vegetação nativa (BRASIL, 2010).

O PRONAF Eco Dendê tem a finalidade para o investimento para implantação da cultura do dendê, com custeio associado para a manutenção da cultura. O público-alvo são os agricultores familiares, inscritos no PRONAF (BRASIL, 2012).

O Selo Combustível Social pode ser concedido para a empresa produtora de óleo de palma para a produção do biodiesel, serve para garantir vantagens comerciais, como a redução de tributos como o PIS/PASEP e CONFINS e possibilita vantagens em leilões promovidos pela Petrobras. No entanto, existem algumas exigências para as empresas cumprirem. Uma delas refere-se à promoção da inclusão social dos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Essa inclusão social assegura a assistência e capacitação técnica aos agricultores familiares que plantarem a cultura em suas propriedades (SOUZA, 2014).

Backhouse (2013), estudando a realidade dos 5 municípios (Bujaru, Concórdia do Pará, Tomé-Açu, Acará e Moju), registrou um dado semelhante relatado por moradores da Comunidade Conceição do Guajará, referente a compras de terras por latifundiários da região ligados à política (ex-prefeitos, vereadores) que compram terras de moradores dessa comunidade por aproximadamente 5 mil reais o lote (25 ha) e elevam o preço da terra para as empresas de dendê. Após essa venda, alguns desses grandes proprietários de terra trabalham como funcionários nessas empresas, demonstrando possíveis ligações realizadas por esse projeto de desenvolvimento.

Backhouse (2013) ressalta o caráter de ação coletiva organizada para frear o avanço do agronegócio:

Muito raramente os agricultores familiares conseguem resistir por longo tempo à pressão provocada pelo avanço do agronegócio. Corre-se o risco de que, no fim, haja na região somente plantações de palma de óleo geridas segundo relações de produção agroindustriais (p.18).

Estudando a resistência cotidiana camponesa e conversando com moradores e ex-moradores da comunidade Conceição do Guajará, registraram-se relatos de resistência à venda das terras pelos moradores. Um ex-morador da comunidade Conceição do Guajará, J. E.¹⁵ (50 anos) relatou que vendeu sua propriedade como uma estratégia de reprodução de seu modo de vida, entendendo que o solo da ex-propriedade não estava produzindo o necessário para a sua família. Esse mesmo morador vendeu a terra para a empresa (Biopalma) e comprou um terreno a 8 km da sede municipal de Bujaru.

¹⁵Entrevistado em setembro de 2015.

Em um estudo realizado por Macedo, Carneiro e Souza (2014) a comunidade Conceição do Guajará é vista como impactada negativamente pela dendeicultura:

À medida que a Biopalma constituía seu território às margens da PA 140, sua presença era refletida no interior das comunidades. Com sede na rodovia, mas com os olhos voltados para as unidades camponesas, povoados encolheram, a exemplo da Comunidade de Conceição do Guajará (acesso no km 29 da PA – 6 a 8 km em uma vicinal). (...) Em Conceição do Guajará, a escola fechou por falta de alunos e na igreja os sinos já não se dobram, por falta de devotos. O antigo arraial deu lugar ao canteiro de mudas da Biopalma (p. 3901).

Desde os anos de 1950 os moradores participavam das celebrações religiosas e a partir dos anos de 1980 alunos frequentavam a escola naquela localidade (conforme entrevista concedida por M. R.¹⁶, 28 anos/professora). A citação acima demonstra os problemas simbólicos que o fechamento da igreja e da escola trouxe para esta comunidade, assim como ilustra as mudanças no território pelo reposicionamento dos atores.

3.3 COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ

A ocupação da região Guajarina¹⁷ remonta ao século XVIII, através da concessão de cartas de *dattas* de sesmarias pela coroa portuguesa, ocasionando a moradia às margens de rios localizados próximos de Belém, como o rio Bujaru e Guamá. Alguns sesmeiros e posseiros começaram a criar animais (bois), plantar cacau, engenhos de cana-de-açúcar e fazer a agricultura de produtos como a mandioca para a alimentação familiar (CASTRO, 2004).

Nos engenhos de cana-de-açúcar a mão de obra utilizada era a escrava negra, resultando na presença de descendentes de quilombolas em comunidades rurais deste município. Faz-se necessário relatar que a principal forma de chegar a esse município era através do transporte fluvial (CASTRO, 2004).

Com o passar dos anos, a partir da década de 70 do século XX, a principal forma de locomoção no município de Bujaru passou a ser o transporte terrestre, através da PA 140. Esta estrada é a principal forma de chegar ao ramal que acessa a comunidade estudada.

¹⁶Entrevistada em janeiro de 2016.

¹⁷A região Guajarina abrange os municípios que estão localizados próximos ao rio Guamá, a exemplo de São Miguel do Guamá, Bujaru, Acará, Santa Izabel, São Domingos do Capim e Inhangapi.

A comunidade rural de Conceição do Guajará tem 16 famílias e há 15 anos, em 2000, tinha 60. A migração dos moradores deu-se por conta da intensa venda de terras na região decorrente da falta de energia elétrica, preços baixos da venda do principal produto local, a farinha de mandioca e a falta de infraestrutura do local.

De acordo com o histórico da comunidade, ela era vista como um lugar de belezas naturais, devido a sua biodiversidade, como comprova um trecho do histórico da comunidade: "(...) Outro fato marcante que aconteceu nesse período [2000] foi a visita do Bispo da Diocese de Abaetetuba Dom Flávio Giovenale, que ficou encantado com a beleza natural que se encontrava ao redor da capela" (Anexo A).

Conforme as observações na comunidade, a beleza natural ao redor da capela foi substituída pela plantação do monocultivo de dendê. A moradora mais antiga da comunidade, que já vive há 54 anos em Conceição do Guajará, R. N.¹⁸ (72 anos/aposentada) relatou que existiam mangueiras (*Mangifera indica* L.), castanheiras (*Bertholletia excelsa* Bonpl.), cajueiros (*Anacardium occidentale* L.) e outras árvores frutíferas ao redor da Igreja. Nesse contexto, mesmo com a compra dos lotes dos moradores pelos fazendeiros, a área ao redor da igreja era preservada.

A comunidade rural Conceição do Guajará apresenta características relacionadas às práticas religiosas e comunitárias afinadas com princípios da Igreja Católica - neste caso entende-se o papel social da igreja na formação dos primeiros líderes contribuindo para o surgimento da comunidade. De acordo com o histórico da comunidade¹⁹ (2013), os primeiros habitantes frequentavam a Igreja Católica e eram oriundos da comunidade Vila do Cravo²⁰. Devido à distância (12 km) entre a comunidade estudada e a Vila do Cravo, esses habitantes fundaram, nos anos de 1950, a capela Nossa Senhora da Conceição.

A comunidade tem como padroeira Nossa Senhora da Conceição - fator manifesto de grande ligação com a religião católica e dos comunitários entre si. A igreja católica possibilitou a organização de um grupo capaz de coordenar as atividades da igreja e (por consequência) as da comunidade. O grupo é composto por um coordenador

¹⁸Entrevistada em janeiro de 2016.

¹⁹O histórico da comunidade foi elaborado por F. S. (24 anos/seminarista religioso) no ano de 2013, com o objetivo de relatar a história dessa comunidade, encontra-se no Anexo A.

²⁰Localizada no km 35 da PA 140, no município de Concórdia do Pará, distante 12 km da comunidade Conceição do Guajará.

– líder comunitário –, vice-coordenador, secretário, tesoureiro e o zelador do patrimônio. O coordenador é o responsável pela mobilização e organização do Culto Dominical, também chamado de Domingo da Palavra realizada aos domingos²¹.

Os Cultos Dominicais ou os Domingos da Palavra são realizadas em um espaço improvisado (6 m de frente por 11 m de fundo) de madeira, localizado no terreno do pai do líder religioso da comunidade. Esse barraco foi construído através de mutirão - no ano de 2014 para celebrar as Santas Missões Populares²² na comunidade.

O terreno da Igreja Nossa Senhora da Conceição foi abandonado devido à escassez de moradores nas redondezas para fiscalizar, devido o alto índice de assalto e furtos ocorridos a partir do ano de 2011. Diante da falta de segurança para a realização da atividade religiosa, os moradores optaram por não utilizar este local.

Baseado nas observações em campo, a renda da comunidade é baseada na agricultura familiar, obtida principalmente através do cultivo de mandioca, pimenta-do-reino (*Piper nigrum*. L.) e açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), sendo também os pagamentos das aposentadorias um elemento importante da economia local.

Segundo o morador Mamão (63 anos/agricultor²³), por conta da oportunidade de venda, alguns estabelecimentos foram vendidos para políticos locais e para a empresa Biopalma, uma vez que a dificuldade de manter a renda da família através do cultivo de mandioca já estava sendo agravada. Outro fator importante que influenciou a venda das terras foi a falta de energia elétrica nas residências até o ano de 2010.

No dia 30/07/2015, no trabalho de campo na comunidade Conceição do Guajará, em uma família composta de marido (Pimenta-do-reino/41 anos), esposa (36 anos) e filho (21 anos), verificou-se que os seus membros trabalham como assalariados na empresa Biopalma, sendo esta situação uma exceção na comunidade. Esta família é

²¹De acordo com F. S. (24 anos) existe um calendário religioso da comunidade Conceição do Guajará, fixo a partir do ano de 2011, tendo o Culto Dominical ou Domingo da Palavra realizado todos os domingos no barraco; nas quartas-feiras acontece a leitura orante (é assim que eles classificam essa atividade de culto) da Bíblia que se realiza alternadamente na casa de famílias da comunidade. A Romaria Mariana (de Maria mãe de Jesus Cristo) se realiza no mês de maio, ocorrendo novenas nas casas das famílias e o dia da Padroeira da comunidade (Nossa Senhora da Conceição) é festejado no dia 8 de Dezembro.

²²As Santas Missões Populares de 2014, em Bujaru, tinham como objetivo animar as comunidades rurais em torno da Fé Cristã, da Igreja Católica (F. S., 24 ANOS, SEMINARISTA RELIGIOSO). Entrevistado em janeiro de 2016.

²³Entrevistado em janeiro de 2016.

composta por 8 membros, sendo 5 crianças e 3 adultos, todos assalariados na Biopalma. De acordo com Pimenta-do-reino a área dele é de 2 taferas (12100 m²) que de acordo com esse morador, não há espaço suficiente para realizar a agricultura para a venda, por isso buscaram o trabalho assalariado. Mesmo não tendo espaço para a agricultura de venda (roça de mandioca e pimenta-do-reino), preservaram alguns coqueiros para vender o coco e plantam algumas bananas para o consumo familiar.

No dia 11/01/2016, marido e esposa haviam se mudado para um terreno da família no km 40 da PA 140, no município de Concórdia do Pará, restando o filho D. G. como o único assalariado da empresa Biopalma na comunidade.

Um fato marcante para a mudança na comunidade, principalmente para a família do líder comunitário, foi a participação na Associação Bujaruense de Agricultores e Agricultoras (ABAA²⁴).

O surgimento da ABAA foi incentivado pela política do Fundo Constitucional do Norte (FNO) e ocorreu de acordo com Assis (2014) ao relatar a seguinte função da igreja quanto à criação de associações:

Incentivava-se a criação de associações para que as comunidades pudessem comprar máquinas de beneficiar arroz, por exemplo, com recursos de cooperação cristã internacional. O que estava em jogo era uma disputa pela representação, mas também, uma disputa por modelos de desenvolvimento. O modelo do estado mais voltado à produção em larga escala, com pouca clareza em relação ao papel dos pequenos produtores e tendendo a exportação, e o modelo incentivado pelas assessorias e a Igreja Católica que, apesar de estimular o comércio de produtos, centrava-se mais na produção de alimentos, baseada na melhoria das pequenas propriedades de base familiar e na garantia de alimentos (p.173-174).

A ABAA foi criada em 1996 com os recursos do FNO, da Igreja Católica e de uma cooperação cristã internacional, através da Cáritas Brasileira, como objetivo de comprar uma máquina de arroz e um caminhão para o transporte dessa produção²⁵.

Um membro da associação (ABAA) elaborou um croqui (mapa) da atuação dessa organização nas comunidades rurais dos municípios de Bujaru, Concórdia do Pará

²⁴A Associação Bujaruense de Agricultores e Agricultoras (ABAA) tem como objetivo promover renda, segurança alimentar e organização política de agricultores e agricultoras dos municípios de Bujaru, Concórdia do Pará e São Domingos do Capim. Esta associação foi fundada em 1996 e possui 101 associados (G. D., 64 ANOS, AGRICULTOR). Entrevistado em julho de 2015.

²⁵ De acordo com G. D. (64 ANOS, AGRICULTOR). Entrevistado em julho de 2015.

do município de Bujaru e a 114 km de Belém. O município de Bujaru, no censo de 2010, contava 25.695 habitantes (IBGE, 2014) sendo 8.096 a população urbana e 17.599 a população rural.

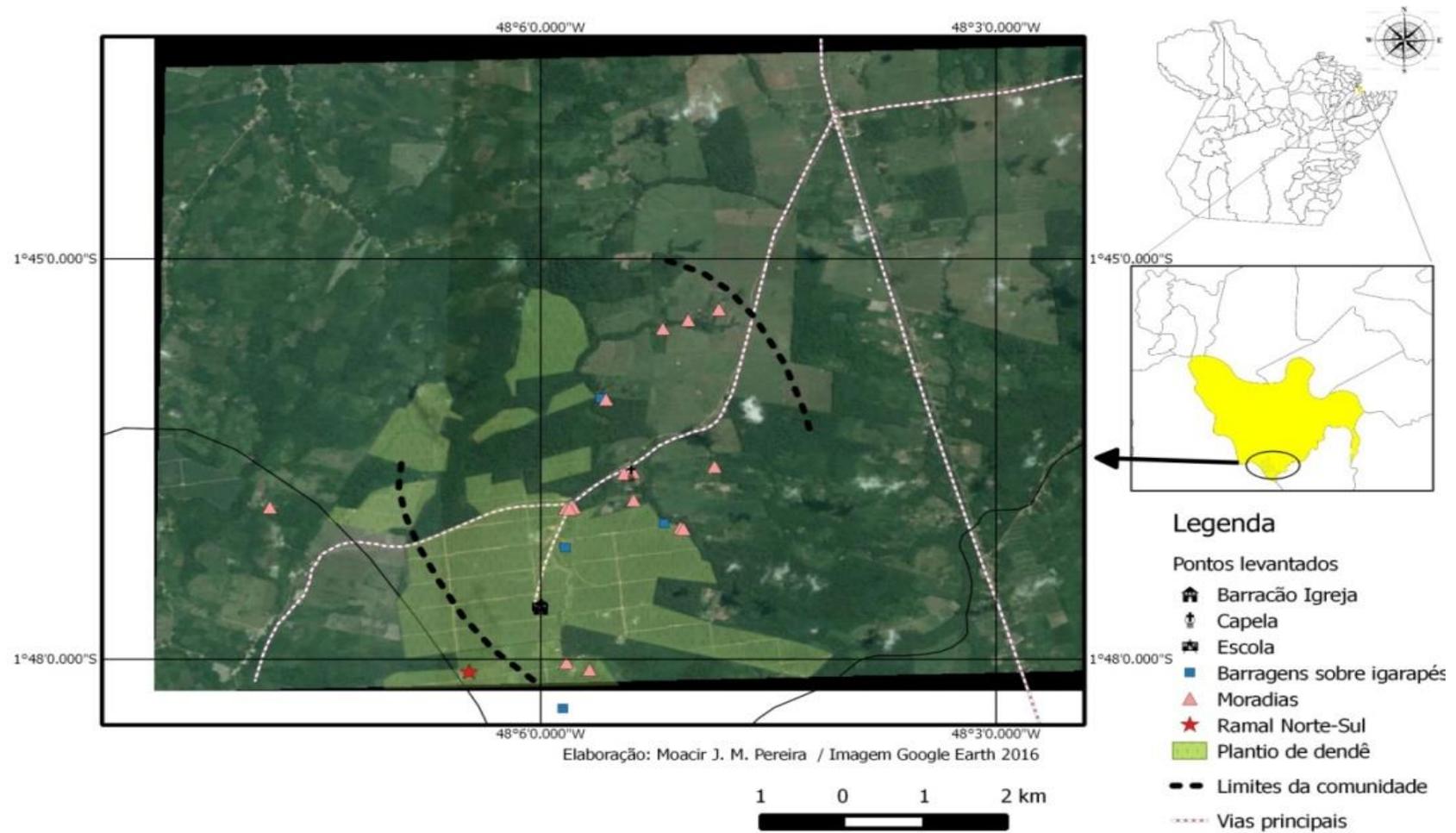
O Ramal Norte-Sul descrito no mapa da comunidade, foi feito pela Biopalma na propriedade da moradora Raimunda do Nascimento, com o consentimento dela. Em troca, um representante da empresa relatou que melhoraria o ramal que passa na frente da propriedade dessa moradora, o que não foi realizado.

Quando denominam a comunidade Conceição do Guajará os moradores referem-se à comunidade religiosa, fazendo parte tanto famílias desta localidade como de outras comunidades rurais. A comunidade Mariquita²⁶ (a moradia à extrema esquerda do mapa localiza-se em Mariquita) apresenta uma família e a comunidade rural quilombola Castanhalzinho²⁷ (não localizada no mapa) tem 5 famílias participando das celebrações religiosas do lócus de estudo. O mapeamento neste trabalho priorizou as famílias, cursos d'água e construções na comunidade estudada, o que torna claro que o aspecto geográfico é relativizado quando a coesão se dá pelas relações religiosas ou sociais dos moradores na construção do que seria a comunidade.

²⁶A comunidade Mariquita fica a 6 km de Conceição do Guajará, no município de Acará.

²⁷A comunidade quilombola Castanhalzinho (km 39 da PA 140) fica a 10 km de Conceição do Guajará, no município de Concórdia do Pará

MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE RURAL CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ.



Fonte: Elaborado a partir de dados coletados nesta pesquisa (Jan/2016).

A elaboração dos mapas 2 , 3 e 4 deve-se a análise ambiental²⁸ antes e depois da introdução da dendeicultura. As moradias representadas nos mapas de 2002 e 2005 não representam as mesmas neste período, portanto o levantamento através do GPS das casas foi obtido no ano de 2015.

Pode-se perceber que em 2002 (antes do monocultivo do dendê) que o número 2 (capoeira alta) está presente quatro vezes próximas as casas da comunidade rural. Isso representava áreas verdes em abundância próximas as casas. Neste período as fazendas de pecuária (pastagens) já estavam presentes nesta região.

O mapa 3 de 2005 representa a chegada dos fazendeiros, conforme representação do número 4 (capoeira + pastagem) no centro do mapa, próximas as moradias. A pastagem, conforme a análise dos mapas, representa uma fase de transição entre as compras de terras (êxodo rural) e a introdução da dendeicultura.

O mapa 4 representa atualmente (2016) como é a distribuição ambiental em torno das moradias de Conceição do Guajará. Percebemos a clara destruição no território da dendeicultura e a perda da capoeira alta próxima às casas.

²⁸ Para entender os mapas de acordo com a vegetação e seus usos (EMBRAPA, 2013, p. 39-40):

Capoeira baixa: compreende vegetação secundária, com porte inferior a 10 m de altura, encontrando-se em estágio recente de regeneração de áreas após exploração pelo homem, deixadas em pousio por período de 5 a 10 anos. Na interpretação da imagem, é frequentemente confundida com parcelas de cultivos anuais e perenes.

Capoeira média: compreende uma vegetação secundária com porte variando de 10 a 15 m em altura, com período de pousio de 10 a 15 anos.

Capoeira alta: compreende uma vegetação secundária, com porte variando de 15 m a 25 m em altura, com estágio eminentemente lenhoso, com tempo de pousio de 15 a 25 anos.

Floresta Ombrófila Densa: Capoeira alta (Ca): compreende por ser uma formação densa, alta (20 a 30 m), rica em espécies vegetais.

Pastagem: compreende pastagem formada após a derrubada e queima da vegetação primária ou secundária.

Capoeira baixa + Cultura Temporária + Pastagem: compreende grupamento vegetal, que não é possível individualizar, em função da baixa resolução do sensor utilizado, não permitindo o delineamento, principalmente, devido ao tamanho das parcelas cultivadas pelos agricultores.

Capoeira baixa+Pastagem: compreende grupamento vegetal que não foi possível individualizar, em função da baixa resolução do sensor utilizado, não permitindo, portanto, a separação devido à semelhança em textura fotográfica e a tonalidade.

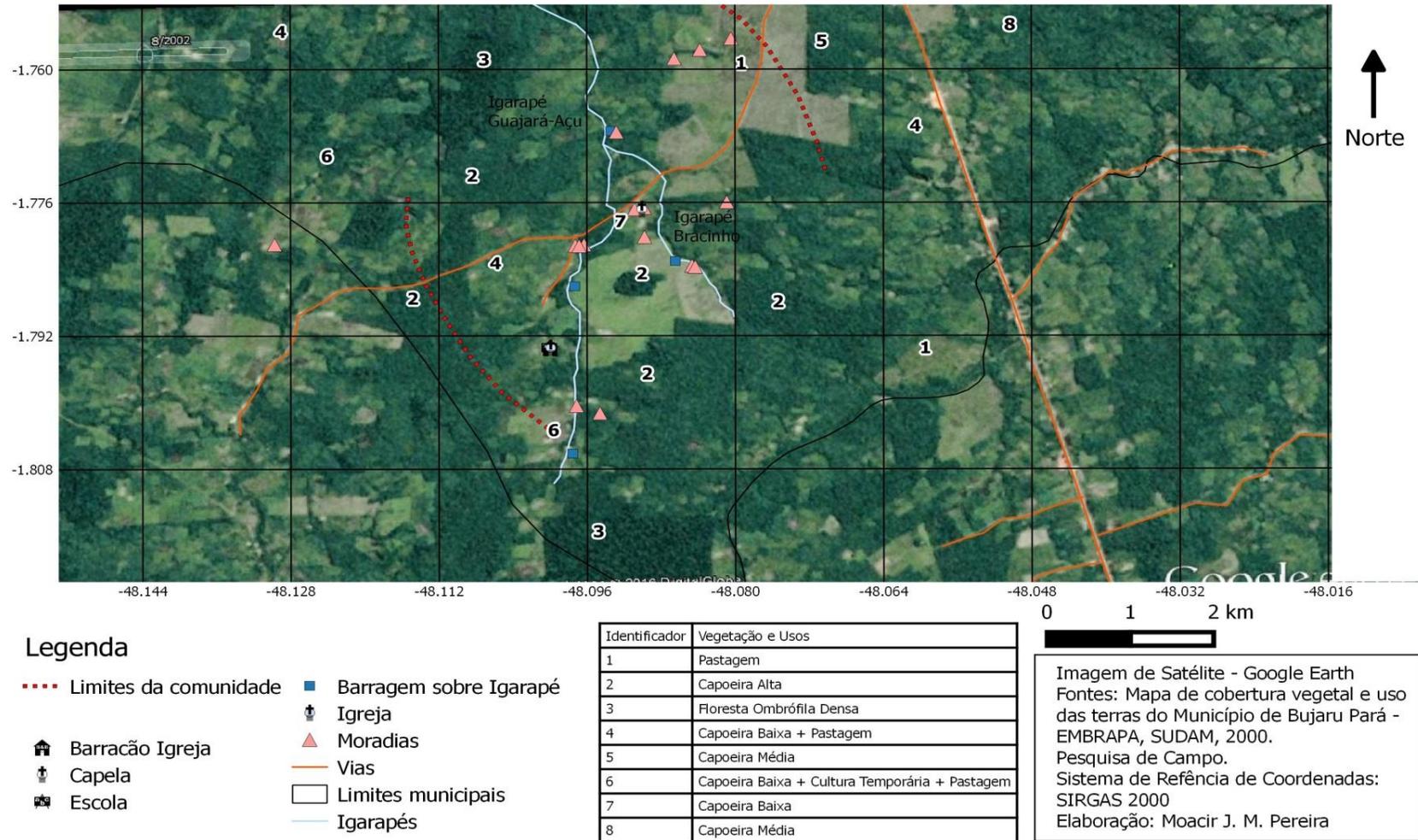
Observando o curso hídrico dos dois igarapés da região - Guajará-Açu e Bracinho - o desmatamento aumentou a partir do ano de 2005 com a saída de aproximadamente 45 famílias da região - desde o ano de 1998 - e o início dos empreendimento da empresa Biopalma, no ano de 2009.

A representação cartográfica do mapa 3 coincide com a figura 3 (mapa mental) apresentando a distribuição do cultivo de dendê na região. A região de predominância desse cultivo está nas áreas abandonadas da Igreja Conceição do Guajará (Foto 4), Barracão desta Igreja e da Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição, devido à falta de moradores nos locais.

O levantamento cartográfico ambiental nesta pesquisa não foi realizado desde o ano de 1990 por causa da indisponibilidade dos dados da SUDAM e EMBRAPA neste período.

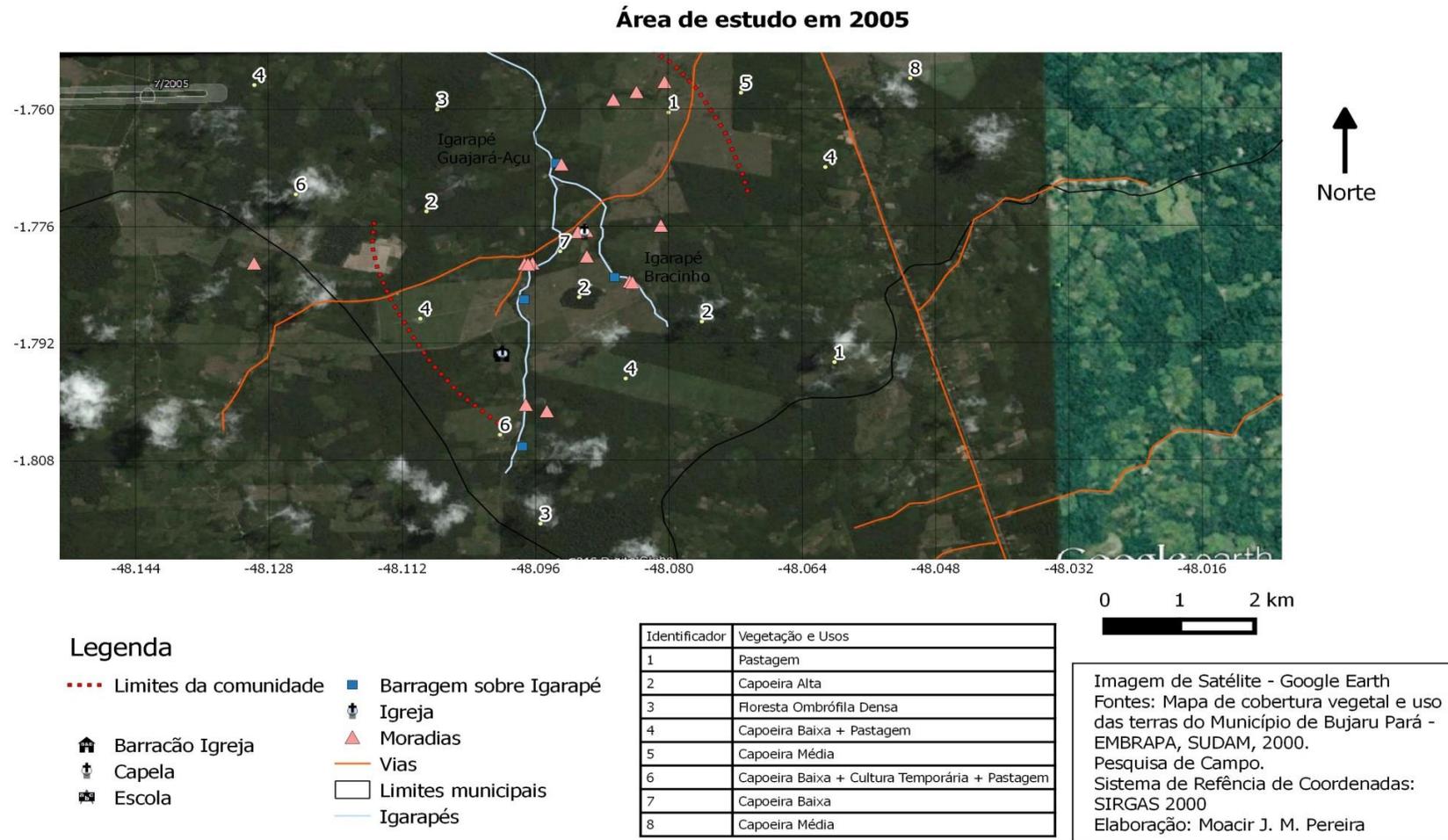
MAPA 2 - REPRESENTAÇÃO CARTÓGRÁFICA AMBIENTAL DA COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ EM 2002.

Área de estudo em 2002



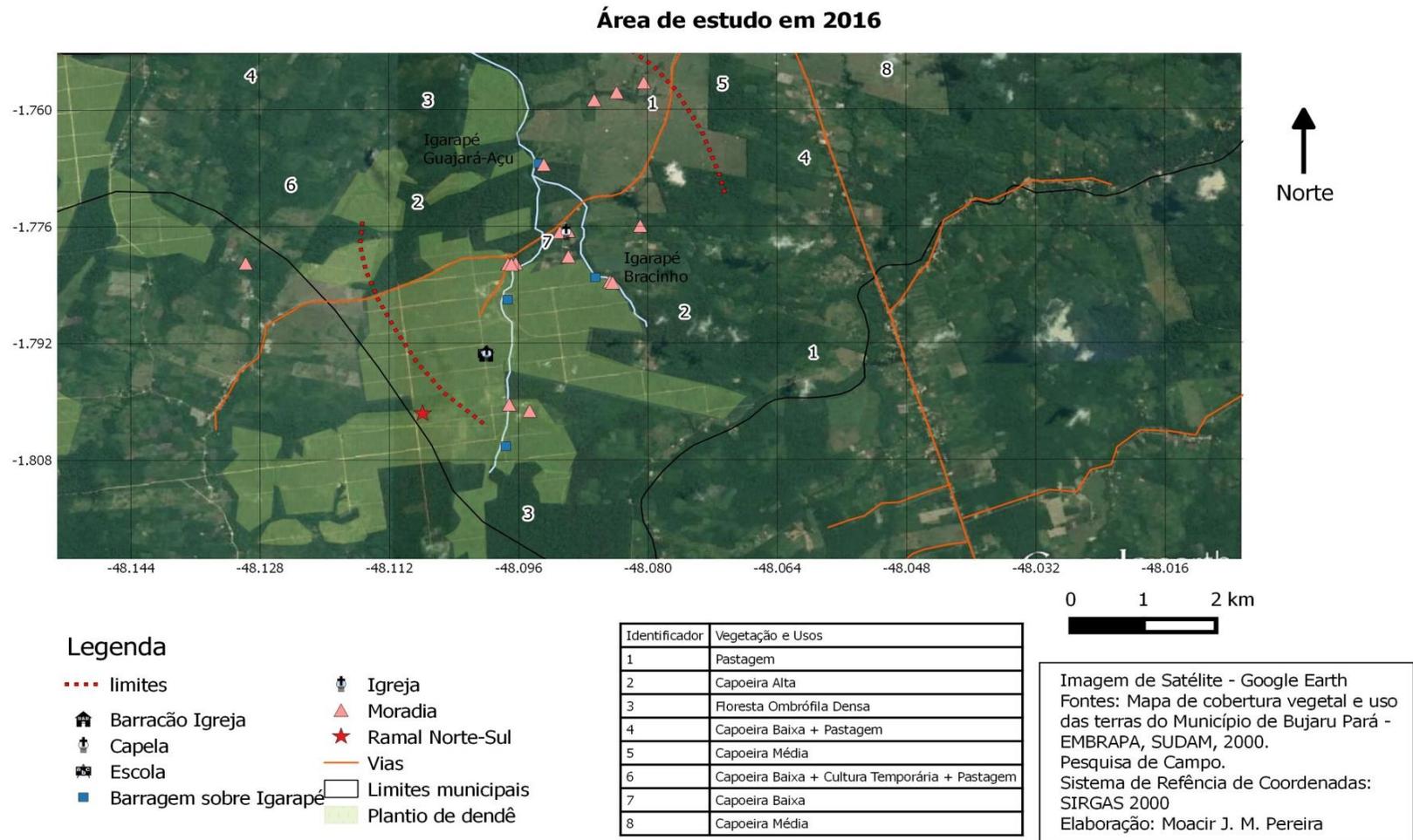
Fonte: Elaborado a partir de dados coletados nesta pesquisa (Jan/2016).

MAPA 3 - REPRESENTAÇÃO CARTÓGRÁFICA AMBIENTAL DA COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ EM 2005.



Fonte: Elaborado a partir de dados coletados nesta pesquisa (Jan/2016).

MAPA 4 - REPRESENTAÇÃO CARTÓGRÁFICA AMBIENTAL DA COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ EM 2016.



Fonte: Elaborado a partir de dados coletados nesta pesquisa (Jan/2016).

O levantamento cartográfico ambiental da comunidade rural é de fundamental importância para entender as relações e opiniões dos moradores que permaneceram na terra.

3.4 A CHEGADA DO DENDÊ NA COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ

A agroindústria do dendê chegou na Comunidade em 2009, primeiramente instalando-se local do viveiro de mudas da empresa, sendo responsável por distribuir o cultivo para as outras propriedades da empresa Biopalma.

Conforme o relato do Açai (26 anos) a chegada da empresa causou estranheza e desconhecimento por parte deles, por causa da falta de comunicação entre os responsáveis do empreendimento e a população.

De acordo com a fala do líder comunitário Macaxeira (30 anos) a chegada da monocultura do dendê trouxe vários problemas para a comunidade, principalmente ambientais:

Os problemas são muitos: o Igarapé que foi represado; a grande aplicação de agrotóxicos, herbicida, inseticida que são aplicadas de forma desordenada e são muito fortes, eu não cheguei ver mas teve pessoas que viram animais mortos na beira do plantio e tudo indica que é por causa da grande aplicação de veneno. Diz que tinha um produto que eles colocavam que era pros ratos comer e morrer, para evitar que os ratos danificassem as mudas, aí só que outros animais como raposa comeram também e morreram. (MACAXEIRA, 30 anos, 12/01/2016)

Conforme a Foto 1 (Igarapé Guajará-Açu) e Foto 2 (Igarapé Bracinho) esses corpos d'água foram contaminados por causa da dendeicultura e isso gera um sentimento de humilhação e revolta do morador Macaxeira, vendo a empresa como uma usurpadora do território e que trouxe vários problemas para o local, culminado em uma resistência do cotidiano.

Essa resistência do cotidiano pode ser observada através de atos para tentar conter a barragem do Igarapé Bracinho:

Lá (no Bracinho) a água começou a sujar do nada e aí foi um ou dois da comunidade verificar, aí tava represado. A gente reuniu um grupo de 10 agricultores e fomos lá e encontramos um rapaz trabalhando no trator de esteira. Conversamos com ele lá e pedimos para ele parar lá e ele disse: que ia só terminar uma parte pequena que ele já tinha feito. E a gente pediu para falar com o chefe dele, aí veio outro rapaz lá, entrou em contato com o chefe e marcou uma reunião pela tarde lá na

casa do papai. Na hora marcada ele chegou (chefe de obras) e agente conversou e pedimos... pedimos não! alegamos que tinha tapado o Igarapé lá que era para destapar se não a gente ia ficar prejudicado, e aí eles se comprometeram de colocar um tubo e eles colocaram. Só que aquele tubo já está entupido e pelo curso de água que corre ali o tubo é pequeno e de alguma forma ainda ficamos prejudicados, e sem contar também que como o dendê fica muito próximo ali, com certeza tem concentração de veneno e a questão da adubação química que é muito forte e eles jogam também de forma desordenada, até os próprios trabalhadores que trabalhavam lá comentavam que iam jogar o adubo. Não tinha condições de controle, as vezes ia jogar pouco quando não jogavam perto da água. Então tudo isso a gente não pode perceber na hora, mas com o tempo a gente vai perceber, a qualidade da água não é mais a mesma, a água não é mais transparente. Antes era bem limpo (Bracinho) e agora está bem escura (12/01/2016).

FOTO 1 - IGARAPÉ GUAJARÁ-AÇU.



Foto: Daniel Pontes (Jul/2015).

FOTO 2 - IGARAPÉ BRACINHO.



Foto: Daniel Pontes (Jan/2016).

Levando em consideração o relato de Macaxeira, um ex-prefeito foi o responsável pelo convencimento da venda dos terrenos dos moradores dessas comunidades rurais supracitadas, oferecendo oportunidade de compra no valor de 5 mil reais o lote (25 ha). De acordo com a fala desse morador, a maioria das pessoas tinham entre 1 a 2 lotes e dependendo da propriedade do morador tinha preços diferenciados:

Tentaram (comprar o terreno da minha família), tanto eles [ex-prefeito/fazendeiro e outro fazendeiro] como a empresa também, 3 lotes (meu terreno). Na época com os fazendeiros o maior preço era 5 mil o lote (25 ha) dependendo do terreno. A empresa oferecia entre 15 e 25 mil [o]capoeirão. Ela tinha uma escala: se por exemplo o terreno já tivesse todo desmatados era um preço mais elevado 20 mil as vezes chegava até 25 mil, se o terreno fosse capoeira já baixava pra 15 mil, no máximo 20 mil (MACAXEIRA, 30 anos, 12/01/2016).

Conforme os relatos de Açaí, 26 anos, morador há 20 anos da comunidade, o motivo da saída dos moradores deu-se por conta, principalmente, da falta de infraestrutura do local e da busca por melhores condições de vida:

O motivo da saída... primeiro a **falta de conhecimento, de escolaridade**, o conhecimento é a base de tudo. (...) Então o motivo da saída da maioria foi a **pobreza**, em **busca de melhoria de vida**. A ausência do poder público foi determinante, porque se estivesse um investimento na agricultura, uma formação técnica voltada para isso, com certeza os agricultores não tinham ido embora, porque, a base era a agricultura de subsistência, monocultivo da mandioca. Aqui era contado quem tinha pimenta [do reino], ainda é contado, só que na

época a pimenta estava muito barato também, não fazia tanta diferença. Teve um senhor que disse ali pro papai "P., se ano que vem a farinha não dê dinheiro eu vou me embora" e foi mesmo, vendeu a terra pro fazendeiro [ex-prefeito], a roça vendeu pro meu tio, foi embora e aí começou, um atrás do outro, isso a partir do ano 2002. **O motivo da saída foi a busca por uma vida melhor**, alguns foram para o interior, pelo menos de fome eles não iriam, quem sobrevive da agricultura, tem coragem pra trabalhar, fome não passa, produzindo pelo menos pra si. Agora quem foi para a cidade passou por momentos muito difíceis. Chega na cidade com pouco dinheiro mas não sabe administrar, precisa logo de uma casa, porque a gente sabe que casa nos melhores lugares na cidade é muito caro. O cara vai para a periferia com filho, sem escolaridade, sem emprego, a tendência é a criminalidade. Na época também não tinha energia [na comunidade].

A migração dos moradores através da venda de seus terrenos deixou a comunidade com aproximadamente 1/3 das famílias, porque de acordo com os moradores - Pupunha (72 anos), Farinha (71 anos), Côco (57 anos), Macaxeira (30 anos), Açai. (26 anos) - reunidos para fazer o mapa mental da localidade eram 62 famílias em 2000, já em 2010, 15 famílias permaneceram no local.

Após a instalação da Empresa Biopalma começaram a ocorrer conflitos ambientais e outros tipos de manifestação de resistência como as que ocorrem entre os indígenas da etnia Tembé. Esta situação pode ser comprovada a partir da reportagem que teve como chamada principal a de que "Os índios da etnia Tembé que habitam a Terra Indígena Turé-Mariquita retém 15 veículos do pólo de produção de dendê Vera Cruz, da empresa Biopalma, no município de Acará" (ORM, 22/10/2014). Esse conflito se deve às denúncias de danos ambientais nos igarapés dessa terra indígena, por conta da ocupação e poluição das cabeceiras dos igarapés pelo monocultivo de dendê empresarial.

Os principais conflitos e resistências contra a empresa biopalma estão relacionados a territorialidade camponesa dos moradores da comunidade, entendida como:

“territorialidades, que são todas as relações diárias que efetivamos, (i) materiais, no trabalho, na igreja, [...] estas relações, as territorialidades, é que constituem o território de vida de cada pessoa ou grupo social num determinado espaço geográfico” (SAQUET, 2006, p.62).

As territorialidades relacionadas à igreja foram prejudicadas devido, primeiramente, à saída dos moradores para buscarem melhores condições de vida,

deixando a Igreja Nossa Senhora da Conceição (Foto 4) isolada primeiro por fazendas e depois pela dendeicultura.

No dia 22/04/2016 no caminho até a casa da Pupunha (72 anos), no qual finalizaríamos os mapas mentais (mapas elaborados a partir da cartografia social ou auto-cartografia) com os moradores, o morador Açaí (26 anos) notou que a porta de madeira que estava há 20 anos na Igreja abandonada na comunidade não estava no seu lugar, ou seja, fora furtada (Foto 3). Quando relatamos o ocorrido a moradora mais antiga da comunidade demonstrou insatisfação e um sentimento de indignação expresso pela exclamação: "Se fosse eu, ficaria com uma arma a espera desses ladrões!". Isso demonstra o caráter de revolta da moradora. E outros comentários sobre esse fato repreendem a abertura dos ramais da empresa dentro na comunidade, devido ao aumento da violência e de assaltos, porque promove o acesso e a fuga de criminosos.

FOTO 3 - IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO - 2016.



Fonte: Dados de campo (Abr/2016).

FOTO 4 - IGREJA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO - 2015.

Fonte: Dados de campo (Jul/2015).

Côco (57 anos) no dia 30/04/2016 durante a festa de aniversário do Farinha (71 anos) se queixou das palhas dos dendezeiros que para ele estavam atrapalhando a rede elétrica na localidade, e disse em tom de brincadeira, que vai usar uma motosserra para derrubar os dendezeiros que estão atrapalhando a chegada da energia na comunidade. Este fato demonstrando a insatisfação de moradores contra a agroindústria do dendê, sendo uma demonstração de disposição para a mobilização a partir da comprovação que a agroindústria está atrapalhando o cotidiano dessas famílias.

As dramatizações apresentadas nas duas falas indicam a tensão entre a empresa e os moradores, assim como a disposição deles em resolver os conflitos a partir de gestos de radicalização como a captura do ladrão da porta da igreja e o corte dos dendezeiros que dificultam o acesso da energia elétrica aos comunitários.

3.5 CARTOGRAFIAS SOCIAIS DA COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ

Baseado na auto-cartografia (Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2014), essa seção tem como análise a cartografia social realizada através dos conhecimentos e experiências de novos e antigos moradores, possibilitando o acesso à história da comunidade e o acesso ao conhecimento simbólico para a pesquisa, através das conversas para a materialização do mapa. A importância está também no âmbito de

jovens da localidade conhecerem a história do local e os mais idosos de lembrarem de tempos antigos, bem como as lembranças de moradores e amigos que migraram para outras regiões.

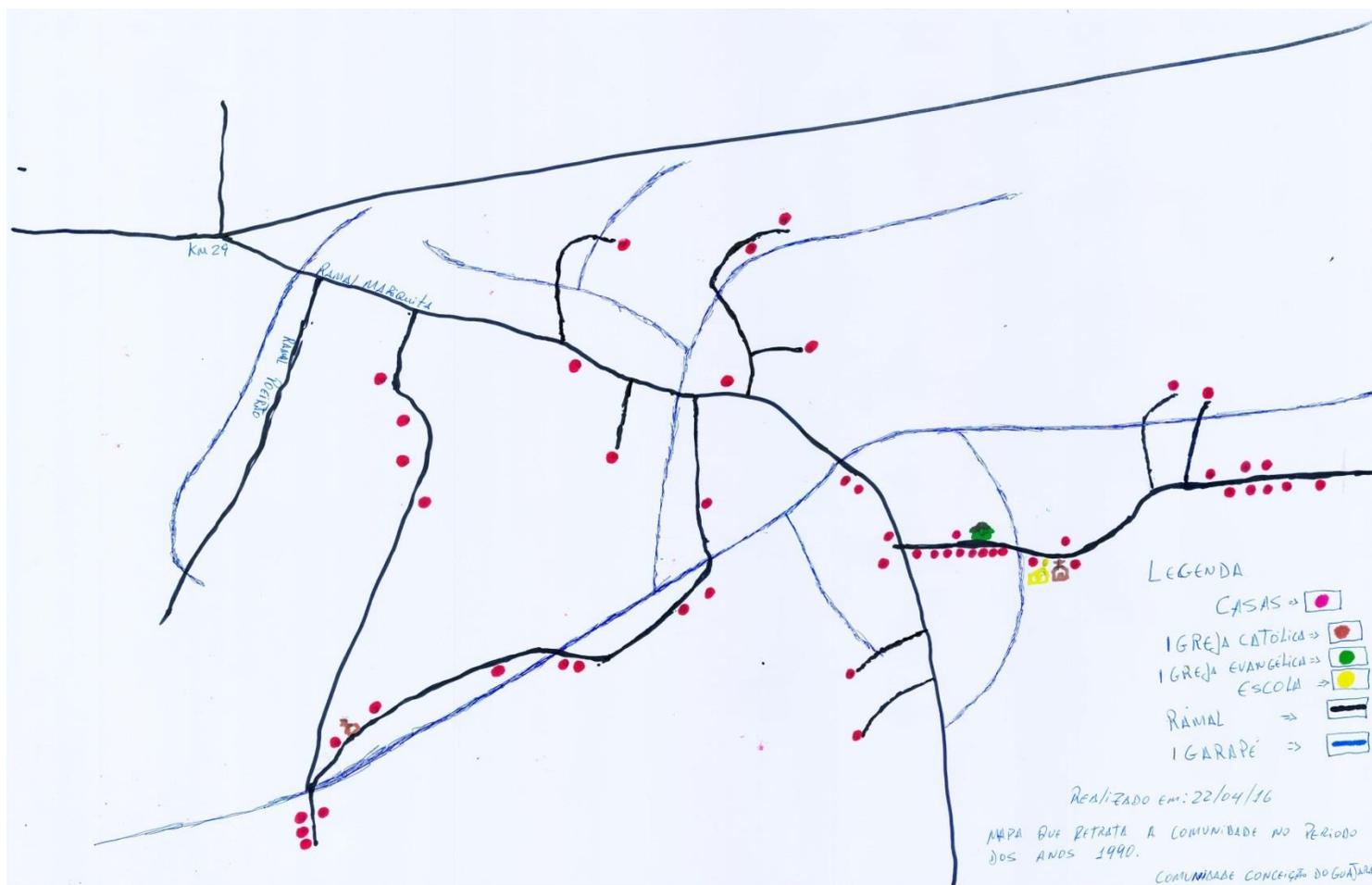
A auto-cartografia propõem o fortalecimento das identidades coletivas e as territorialidades existentes no local. De acordo com O Projeto Nova Cartografia (2014) "A cartografia se mostra como um elemento de combate", ou seja, como um elemento de resistência para a preservação ambiental e cultural.

A cartografia realizada na comunidade Conceição do Guajará propiciou a memória efetiva dos moradores participantes, sendo importante para perceberem como a localidade sofreu significativas alterações, principalmente nestes 26 anos.

A realização do mapa contou com a participação de 5 moradores: Pupunha (72 anos), moradora há 62 anos na comunidade; Farinha (71 anos) residente há 50 anos; Côco (57 anos), mora há 46 anos no local; Açai (26 anos) , morador há 20 anos e Macaxeira (30 anos), morador há 20 anos. O Côco (57 anos) desenhou os ramais baseado em sua vivência no local tanto no mapa atual, quanto no que remete aos anos de 1990, demonstrando um conhecimento tanto da nova área, após as intervenções da dendeicultura, como da antiga área de 25 anos atrás. O Farinha (71 anos) desenhou a hidrografia da região apresentando conhecimentos do traslado de todos os rios que estão na localidade.

O acompanhamento da elaboração do mapa mental teve como objetivo observar a participação dos mais antigos e dos mais novos moradores do local. A casa da R.L foi o local escolhido por moradores, a fim de que ela pudesse participar e não precisasse se deslocar para outro local, devido sua idade avançada e ao grau de informações que ela detinha e demonstrou ao enriquecer a cartografia. Ela contribuiu de maneira significativa, relembrando, no mapa, a moradia exata de antigos residentes e para aonde migraram com suas famílias após a venda de seus terrenos, tanto para a fazenda que ainda existe quanto para terras de outros fazendeiros.

FIGURA 2- MAPA MENTAL DOS MORADORES DA COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ - 1990.



Fonte: Dados de campo (Abr/2016).

FIGURA 3 - MAPA MENTAL DOS MORADORES DA COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ - 2016.



Fonte: Dados de campo (Abr/2016).

Durante a elaboração desses mapas mentais, os moradores participantes relatavam a mudança em 20 anos ocorrida nesta comunidade rural, como a entrada da dendeicultura. Esse monocultivo mudou de forma significativa o local, tanto no que concerne às novas vias de acesso às moradias (ramais) como à poluição e problemas ambientais trazidos por esse empreendimento.

Na figura 2 a ênfase é voltada para a quantidade de famílias que existiam nesta comunidade nos anos de 1990 (51 no total) e como eram as vias de acesso a essas casas. Alguns ramais foram ocupados por fazendas e pela dendeicultura no mapa atual (figura 3), demonstrando, principalmente, como o empreendimento do dendê modificou o território da comunidade.

A elaboração do mapa da figura 3 dá ênfase à ocupação da empresa Biopalma na localidade e à diminuição das áreas verdes da comunidade Conceição do Guajará. Durante a elaboração deste mapa, os moradores indicaram um forte aumento da temperatura do local e a perda da biodiversidade, uma vez que, atualmente, o dendê está localizado onde antes eram as áreas verdes evidenciadas no mapa.

O texto jornalístico de João Marcelo Intini publicado no Reporter Brasil (2013) alerta sobre a relação entre o agravamento do aumento da temperatura causada por monocultivos e concentração fundiária, e recomenda:

"[...] investir em sistemas agrícolas mistos, abandonando a monocultura; aumentar a fixação biológica do nitrogênio no solo; aumentar rotatividade de culturas e reduzir o uso de pesticidas, dos quais somos [Brasil] hoje o maior consumidor mundial".

Levando em consideração Intini (2013) muitos moradores atribuem esse aumento da temperatura ao desmatamento para a introdução das fazendas de gado e à chegada do dendê nos últimos 20 anos.

3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O domínio sobre as alterações no território pelos moradores da comunidade estudada se expressam com clareza através dos mapas elaborados a partir da memória dos entrevistados. Ao representar os diversos elementos constituintes dessa cartografia, vai sendo feito um discurso lógico e esclarecedor sobre os efeitos da chegada das

empresas no cotidiano das pessoas, nas suas práticas produtivas, sociais, econômicas, religiosas. Todos os aspectos da vida comunitária são pouco a pouco revelados nesse exercício o que indica uma consciência que se manifesta ordenadamente desde que se lhe dê espaço e oportunidade.

O debate sobre cartografia social na Amazônia faz-se necessário para que povos tradicionais e comunidades rurais preservem e lutem por seus espaços sociais e simbólicos, para que as futuras gerações possam desfrutar desse conhecimento histórico e territorial.

A resistência camponesa deve ser entendida como uma reação e forma de luta de famílias de comunidades rurais contra a subordinação e exploração do trabalho, territorial e simbólica que grandes projetos exercem nos territórios rurais.

Somam-se à memória coletiva e às representações gráficas da comunidade em interação com o pesquisador, os registros fotográficos que, embora feitos em curto espaço temporal, permitem captar aspectos das transformações que vem ocorrendo pela consolidação do empreendimento empresarial.

Entendemos que esse trabalho possa contribuir para o prosseguimento de estudos voltados para a área interdisciplinar dos estudos rurais, bem como para os voltados especificamente para o tema resistência do campesinato.

3.7 REFERÊNCIAS

BACKHOUSE, Maria. A desapropriação sustentável da Amazônia: O caso de investimentos em dendê no Pará, **Fair Fuels? WorkingPaper6**, Berlin, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PRONAF Eco Dendê: Reunião - Câmara Técnica da Palma de Óleo**, Belém, Maio/2012. Acesso em: 27/12/2015. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Palma_de_oleo/7RO/App_Eco_Dende_Palma.pdf>

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil, 2010**. Acesso em: 27/12/2015. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Palma_de_oleo/1_reuniao/Programa.pdf>

CASTRO, Edna. Terras de preto entre igarapés e rios. In: II Encontro Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - **ANPPAS**. São Paulo, 2004.

EMBRAPA. Caracterização e classificação dos solos do município de Bujaru. Ewerton Rodrigues [et al.]. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2003.

HÉBETTE, Jean. A resistência dos posseiros no Grande Carajás. In: _____. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004c. vol. III, p. 203-220.

INTINI, João Marcelo. **Agronegócio brasileiro contribui para o aquecimento global**. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/09/agronegocio-brasileiro-contribui-para-o-aquecimento-global/>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

NAHUM, João; SANTOS, Cleison. Impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia paraense. In: **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. p.63-80.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL. Apresentação. 2014. Disponível em <<http://novacartografiasocial.com/apresentacao/>> acesso em: 19/06/2015 às 19:00 horas.

SAMPAIO, Irã Carvalho. **A agricultura familiar e a agroindústria do dendê em Tomé-Açu (PA): efeitos da agricultura por contrato na produção e no trabalho familiar**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2014.

SAQUET, M. Aurélio. Campo-Território: considerações teórico-metodológicas. Campo Território: Revista de Geografia Agrária. Uberlândia. V. 1. N.1, p.60-81, 2006.

SCOTT, James. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. Yale University, 1985.

SOUZA, Rafael Benevides de. **A recriação camponesa na brecha da agricultura capitalista: um estudo da comunidade de Arapiranga no município de Concórdiado Pará**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

4 ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA NO TERRITÓRIO CAMPONÊS DA COMUNIDADE RURAL CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as estratégias de resistência dos moradores da comunidade rural Conceição do Guajará em Bujaru/PA. As estratégias de resistência utilizadas pelos moradores foram motivadas pelas perdas dos territórios simbólicos (Igreja e Escola) e problemas ambientais decorrentes da dendeicultura empresarial. Para tanto, utilizou-se observação, entrevistas e dados de campo para a realização dessa pesquisa. Através dos dados de campo (fotos e entrevistas) foram elaborados um mapa representativo das migrações da comunidade e uma linha do tempo explicitando os principais fatos analisados nesta comunidade. A revisão teórico-metodológica abrangeu temas como resistência camponesa e comunidade rural.

Palavras-chave: estratégias de resistência; migração; comunidade rural.

RESISTANCE STRATEGIES ON PEASANT TERRITORIES IN THE RURAL COMMUNITY OF CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ.

ABSTRACT

This article has as its goal to analyze the resistance strategies of the residents from the rural community of Conceição do Guajará in Bujaru/PA. The resistance strategies used by resident were motivated by the loss of symbolic territories (Church and School) and environmental problems due to the business of oil palm culture. Therefore, it was used observation, interviews and field data to make this research. By the field data (pictures and interviews) a representative map of community migrations and a timeline was created to explain the main facts analyzed in this community. The theoretical and methodological review included subjects such peasant resistance and rural community.

Keywords: resistance strategies; migration; rural community.

4.1 INTRODUÇÃO

As manifestações de resistência dos moradores da comunidade Conceição do Guajará do município de Bujaru/PA apresentam-se de forma contrária à perda dos territórios que aconteceram através das vendas de terrenos de ex-moradores para um ex-prefeito local. Posteriormente, este prefeito revendeu as terras para a empresa Biopalma. Além disso, os moradores são contrários à entrada da dendeicultura que fora efetivada pela referida empresa.

O artigo versa sobre as formas como alguns moradores dessa comunidade organizam-se, através de encontros religiosos, a fim de tentar reverter as injustiças por eles sofridas. As perdas dos territórios simbólicos como a Igreja do local, o barracão dessa Igreja e a Escola foram determinantes para o despertar da resistência desses moradores.

A resistência camponesa descrita neste trabalho pauta-se na teoria de dois autores: o primeiro é o cientista político e antropólogo James Scott e o segundo o economista e sociólogo belga Jean Hébette.

Scott (2002) denomina resistência camponesa cotidiana todas as ações que não apresentam uma organização formal, que não têm um líder e que buscam ganhos imediatos. Jean Hébette (2004) concebe a resistência através da organização formal da categoria e envolve sujeitos sociais tanto de áreas rurais como urbanas, pensando em mudanças políticas e sociais de longo prazo.

As duas teorias, presentes no contexto estudado, são analisadas através das tentativas de lideranças para mudar realidades do local e em discursos e fofocas que não apresentam sujeitos, mas recriminam as ações da empresa Biopalma. As confluências e divergências entre esses dois autores foram abordadas em estudo anterior de perspectiva teórica (PONTES e GUERRA, 2016).

Apresenta-se, neste trabalho, as mudanças ocorridas na comunidade após a saída dos moradores bem como o debate sobre a perda dos territórios simbólicos e como os moradores expressam a construção de territorialidades para sua reprodução enquanto campesinato no local.

4.2 COMUNIDADES RURAIS

Este trabalho tratará o lócus de pesquisa como comunidade. Para tanto, faz-se necessário entender o conceito de comunidade. De acordo com Bauman (2003):

As palavras têm significado: algumas delas, porém, guardam sensações. A palavra “comunidade” é uma dessas. Ela sugere uma coisa boa: o que quer que “comunidade” signifique, é bom “ter uma comunidade,” “estar numa comunidade” (p.07)

Bauman (2003) analisa "comunidade" por uma perspectiva cidadina e pós-modernista, entendendo que há múltiplas materializações de comunidade, dando como exemplo a "comunidade de nossos sonhos" e a "comunidade realmente existente". Este autor considera que a "comunidade" harmoniosa ("comunidade de nossos sonhos") não existe mais nas cidades, o que podemos observar são as relações sociais mediadas pelo capital, violência e interesses individuais ("comunidade realmente existente").

Gutemberg Guerra²⁹ apresenta os principais elementos de coesão de uma comunidade, apontados pelos aspectos religiosos, de lazer, econômicos e de educação:

Os primeiros agrupamentos humanos mais expandidos do que uma família que dão sentido a uma comunidade se estruturam a partir de elementos básicos que podemos identificar na paisagem: escola, templo religioso, campo de futebol e comércio (p.01).

Os elementos trabalhados com maior ênfase nessa pesquisa são os papéis do templo religioso e da escola, devido à maior influência e intervenções ocorridas no lócus de pesquisa. Guerra observa que as comunidades, por menores que sejam, expressam algum tipo de religiosidade, seja pela Igreja católica, evangélica ou pelas religiões afro-brasileiras e indígenas. Observou que em povoados amazônicos a presença da Igreja católica exerce influência desde o período do Brasil Colônia, chegando aos anos 60 do século XX, em plena república, até o Movimento de Educação de Base (MEB), este último responsável pela influência política e formação de líderes comunitários e políticos das comunidades rurais, sendo este um elemento de coesão usada até os dias atuais.

De acordo com R. Heraldo Maues (2010):

As mudanças importantes introduzidas na paróquia de Bujaru vão além [...] das mudanças e permanências nas estruturas da Igreja Católica em diferentes contextos e derivam parcialmente das orientações seguidas por alguns padres e religiosas que assumiram a paróquia local a partir do final dos anos 1960, estimulando a formação das Comunidades Eclesiais de Base. Marcaram, dessa forma, a abertura para a relação entre a Igreja Católica e os diversos movimentos sociais e associações que surgiram desde então, dos anos seguintes, até os dias atuais. [...] Um dos mais antigos e importantes, o Movimento de Mulheres Transformadoras do Campo e da Cidade de Bujaru (MMTCCB), surgiu no ano de 1968, durante o período ditatorial e no ano da decretação do AI-5. E a este se seguiram vários outros, como a **Associação Bujaruense de Agricultores e**

²⁹Trabalho não publicado. Ver em referências.

Agricultoras (ABAA), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Associação de Remanescentes de Quilombo Oxalá Bujaru (ARQUIOB) e a Associação de Remanescentes de Quilombo Nova Esperança de Concórdia (ARQUINEC), influenciados pelas CEBs e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Na mesma área, passou a atuar o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e ocorreram articulações no sentido de operar mudanças políticas consideradas de interesse dos trabalhadores e pequenos proprietários de terra nos sindicatos de trabalhadores rurais (p.20-21). [grifo nosso]

Além da igreja, a escola também é uma instituição de significação social dentro da comunidade. O papel da escola permite ao aluno decodificar símbolos universais de escrita e interpretação, possibilitando a discussão dos assuntos locais no nível global, contribuindo para a socialização que ultrapassa a fronteira da comunidade, possibilitando um entendimento dos universos culturais de fora da localidade.

Antônio Cândido (2010) estudando a realidade dos caipiras do interior paulista entre os anos de 1948 a 1954 propõe um estudo qualitativo de localidades rurais, apresentando elementos de coesão entre a população e a natureza:

A existência de todo grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as necessidades e os recursos do meio físico, requerendo, da parte do grupo, soluções mais ou menos adequadas e completas, das quais depende a eficácia e a própria natureza daquele equilíbrio. As soluções, por sua vez, dependem da quantidade e qualidade das necessidades a serem satisfeitas (p.28).

Esta citação colabora para identificar a natureza como elemento fundamental para uma comunidade paraense, pois o papel da floresta, dos rios, dos mares e dos animais, dependendo da região, pode fazer parte da comunidade como um elemento de ligação entre o grupo.

Para que haja uma unicidade do grupo em uma comunidade – seja pelas relações familiares, parentescos e de reciprocidade entre famílias nas comunidades rurais – fatores externos devem exercer influências constantes e duradouras no local, como a urbanização, êxodo rural e grandes projetos de desenvolvimento, impondo certo tipo de organização, persistência e resistência em manter a organização e os valores tradicionais da localidade, contudo, incorporam padrões modernos para atenuar os fatores de desagregação (CANDIDO, 2010, p.234).

Wagley (1957) corrobora com Cândido (2010) e Guerra (não publicado) apresentando elementos coesivos de uma comunidade rural e suas principais

características. Estudando a realidade amazônica de uma comunidade rural no Pará, em algum município da região Baixo Amazonas (Wagley mantém o nome do município e a comunidade no anonimato), entende que:

Uma comunidade isolada nunca é típica de uma região ou uma nação. Cada qual tem suas próprias tradições, sua história particular, suas variações especiais do modo de vida regional ou nacional. A cultura de uma região ou de uma nação moderna possui uma organização muito maior do que a simples soma das comunidades que a integram. Existem instituições e poderes sociais de âmbito regional, nacional e até mesmo internacional, que determinam a tendência de vida de cada pequena comunidade. A igreja, as instituições políticas, o sistema de educação convencional, o sistema comercial e muitos outros aspectos de uma cultura, são muito mais difundidos e mais complexos em sua organização do que parecem quando observados em uma comunidade (p.42-43).

Essa análise teórica sobre comunidade contribui para as percepções do trabalho de campo, pois apresenta as principais instituições e os elementos de coesão e identidade no espaço rural. É salutar entender que mesmo existindo poucos moradores (20 famílias /78 pessoas) em Conceição do Guajará, os moradores apresentam características de vida de outros lugares como, por exemplo, das instituições de que fazem parte, a exemplo da Igreja, Associações, Sindicatos Rurais, entre outros.

4.3 O DESPERTAR DA RESISTÊNCIA

De acordo com o histórico da comunidade³⁰ Conceição do Guajará, os primeiros moradores vieram do Cravo em decorrência das terras férteis propagadas pelos primeiros moradores que estavam cultivando no local, durante a década de 1950.

Nos anos de 1990 a população do local era de 60 famílias, no entanto, devido às dificuldades de moradia, de acesso à saúde pública, da falta de luz elétrica; 40 famílias deslocaram-se para outras regiões, tanto rurais como urbanas, de acordo com o mapa 5.

A moradora Pupunha (72 anos) relata que há 30 anos tinha uma grande diversidade da fauna da região: "ao redor da minha propriedade tinha preguiça, porco do mato, veado, paca, tamanduá e onça" (11/01/2016).

Pupunha (72 anos) atribui o aumento de moscas e insetos que incomodam os moradores, na época do inverno, à chegada da dendeicultura. Com a chegada dessa

³⁰Anexo A

agroindústria houve derrubadas de vegetações, como as capoeiras, capoeirões e matas nativas, possibilitando o aparecimento de mais insetos.

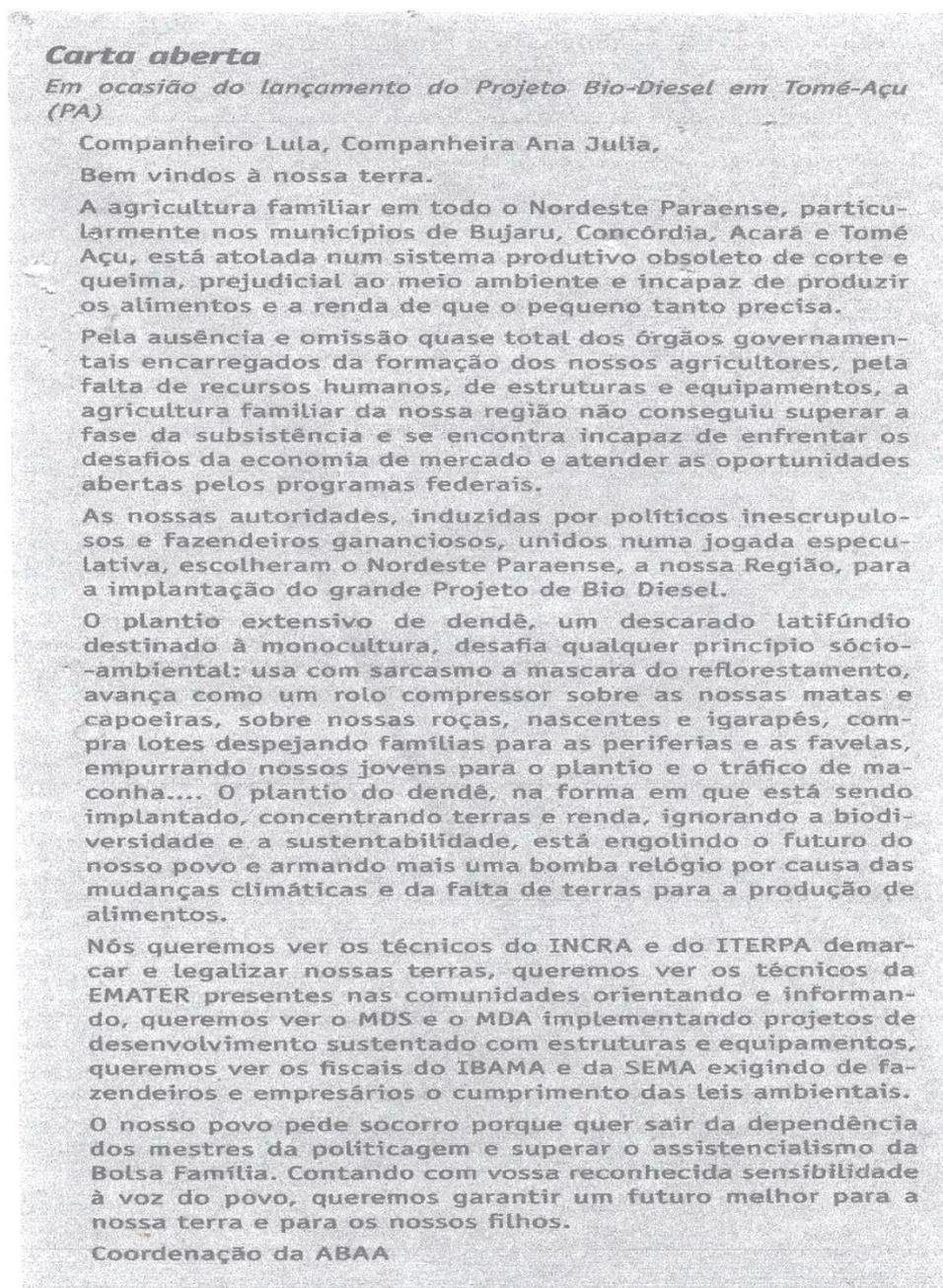
Pupunha (72 anos) é contrária à Biopalma e continua resistindo por conta de uma promessa não cumprida: funcionários da empresa Biopalma prometeram reparar a via de acesso de sua residência em troca da permissão para abertura de um ramal no meio do seu terreno de capoeirão. O ramal foi aberto, mas a via de acesso da residência desta moradora não foi construída, frustrando sua expectativa.

Outros moradores relacionam a chegada da empresa do dendê com os problemas ambientais, como a moradora Pitaia (74 anos): "Depois do dendê, os igarapés estão mais secos". Esta agricultora faz parte de 4 famílias que ainda não tem acesso a energia elétrica e mora margeada pelo Igarapé Bracinho, utilizando-o para suas necessidades pessoais e familiares que vão desde o suprimento de água para beber, cozinhar, lavar e como fonte alimentícia, através da pesca dos peixes cará (*Geophagus brasiliensis*), traira (*Hoplias malabaricus*) e jigu (*Erythrinus erythrinus*).

Outro fator de influência para a discordância com o rumo das terras nesta comunidade foi à união dos moradores com a Associação Bujaruense de Agricultores. A princípio, dois moradores frequentavam as atividades da associação, atualmente quatro já fazem parte das reuniões da mesma.

Os membros da direção da ABAA expõem seu posicionamento em relação ao projeto da dendeicultura para a região da seguinte forma:

FIGURA 4 - CARTA ABERTA SOBRE A AGROINDÚSTRIA DO DENDÊ.



Fonte: Acervo da ABAA, 2010.

Conforme a carta acima, endereçada à Ana Julia Carepa, governadora do Estado entre 2007 e 2010, pode-se perceber o posicionamento desta associação em relação ao plantio do dendê empresarial e como qualquer tipo de monocultivo é prejudicial para a agricultura familiar. Diante disso, podemos perceber a influência das ideias desta associação, que está localizada na zona urbana do município de Bujaru, pelas pessoas que compõem a comunidade Conceição do Guajará.

Conforme o morador Macaxeira (30 anos), apenas com o monocultivo de mandioca praticado pela família até 2007, passavam muitas dificuldades financeiras como, por exemplo, a não valorização da terra, situação já recorrente atualmente: "[...] depois a gente começou a participar da ABAA aí foi tendo outra visão. A partir de 2007, novembro de 2007, aí veio as formações, algumas orientações, e a gente começou a dar mais valor para a terra, no local que a gente está vivendo" (12/01/2016).

A carta manifesto expressa um posicionamento contrário às associações com a agroindústria e sugere alternativas de autonomia da produção familiar, ainda que limitadas e dependentes aos técnicos dos órgãos oficiais. A formação de uma consciência sobre as possibilidades de superação dos problemas tecnológicos assume um caráter coletivo, sob a liderança da ABAA, e criando um sentimento de resistência em um ambiente socioeconômico e político hostil. Essa resistência se manifesta pela permanência ou pelas migrações forçadas, mantendo-se entretanto ligações familiares e memoriais que afloram nas falas tanto dos que ficaram como, certamente, dos que partiram.

4.4 MIGRAÇÕES

As migrações na comunidade rural Conceição do Guajará aconteceram principalmente no começo do século XXI, devido a vários fatores como a falta de infraestrutura do local, a chegada tardia da energia elétrica e da escola que adotava o sistema multisseriado, abrangendo apenas até o final da 4ª série (atual 5º ano) do ensino fundamental.

De acordo com o morador Açai (26 anos) devido à saída de muitos moradores (total de 40 famílias), houve a perda do sentido de alguns territórios históricos no local, como a Vila Conceição do Guajará:

A partir de 2000 alguns começaram a ir embora, mas não em massa. E a partir de 2008 foi bastante pessoas embora. **Antes era Vila Nossa Senhora da Conceição e deixou de ser vila no período de 2000 pra cá.** Antes tinha as pessoas que falavam "vamos lá pra Vila", "onde fulano mora? Mora lá pra vila", "A festividade Nossa Senhora da Conceição é lá pra vila". **A gente deixou de chamar vila porque ninguém mora para aquela região que era a vila.** Então deixamos de usar o termo vila. **Agora tudo é Conceição do Guajará** (14/01/2016).

A chamada Vila – dando ideia de aglomeração, concentração, vida social - estava localizada no entorno da Igreja Conceição do Guajará, barracão da Igreja e da Escola. Todos esses locais não estão funcionando devido à saída dos moradores que moravam ao redor e pelo constante furto de materiais desses locais. Segundo o morador Açai a escola tinha um papel importante na comunidade:

Todo o pessoal daqui estava naquela escola (fechada), teve um tempo que tinha três turmas, um em cada turno, manhã, intermediário e a tarde, era multisseriado, tinha muitos alunos. Com o êxodo rural (2000 - 2008) foi diminuindo, duas turmas, uma turma, depois nem uma turma formava. Depois disso os alunos foram transferidos para o Km 29 (PA 140 - Bujaru). A escola servia para as aulas de catequese assim como outras reuniões que a comunidade fazia. Com a chegada do dendê começou a ficar mais difícil, começou a surgir roubos que antes não tinham, coisas simples, acho que era só para desarticular a gente. Uma vez roubaram uma corda podre e um carretel velho e coisas com mais valor deixaram, aí a gente desconfia, não tem certeza, que isso poderia ter sido mandado para desarticular a gente. Foi ficando difícil, começaram a roubar fios, transformador de energia, padrão (energia).

A escola que deixou de exercer suas funções em 2010 era um espaço utilizado pela comunidade tanto para a educação como para a catequese da Igreja Católica Nossa Senhora da Conceição, portanto este importante espaço social que hoje não mais existe está atrelado, na visão de Açai à chegada da dendeicultura. O depoimento relaciona diretamente o esvaziamento social pela perda das duas estruturas – templo religioso e escola – à chegada do empreendimento econômico e, muito mais do que esses dois elementos, a morte da vila, pelo êxodo ou pelo desmanche de vida social que ali se exercia. A escola e a igreja não se desfazem pela absorção ou distribuição do seu material entre os comunitários, mas a essa degradação é atribuído a um agente externo que rouba, depreda, desmancha.

Conforme as fotos 5 e 6 , podemos perceber como era a escola em 2009 e como estava em 2015. As provas desse registro reforçam uma memória de perdas e de denúncia que podem ser associadas à resistencia que se manifesta pela presença e lógica diferenciada que se estabeleceu com a chegada da empresa.

FOTO 5 - DIA DAS MÃES NA ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO EM 2009.



Fonte: Acervo da Comunidade Conceição do Guajará (Mai/2009).

FOTO 6 - ESCOLA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO EM 2015.

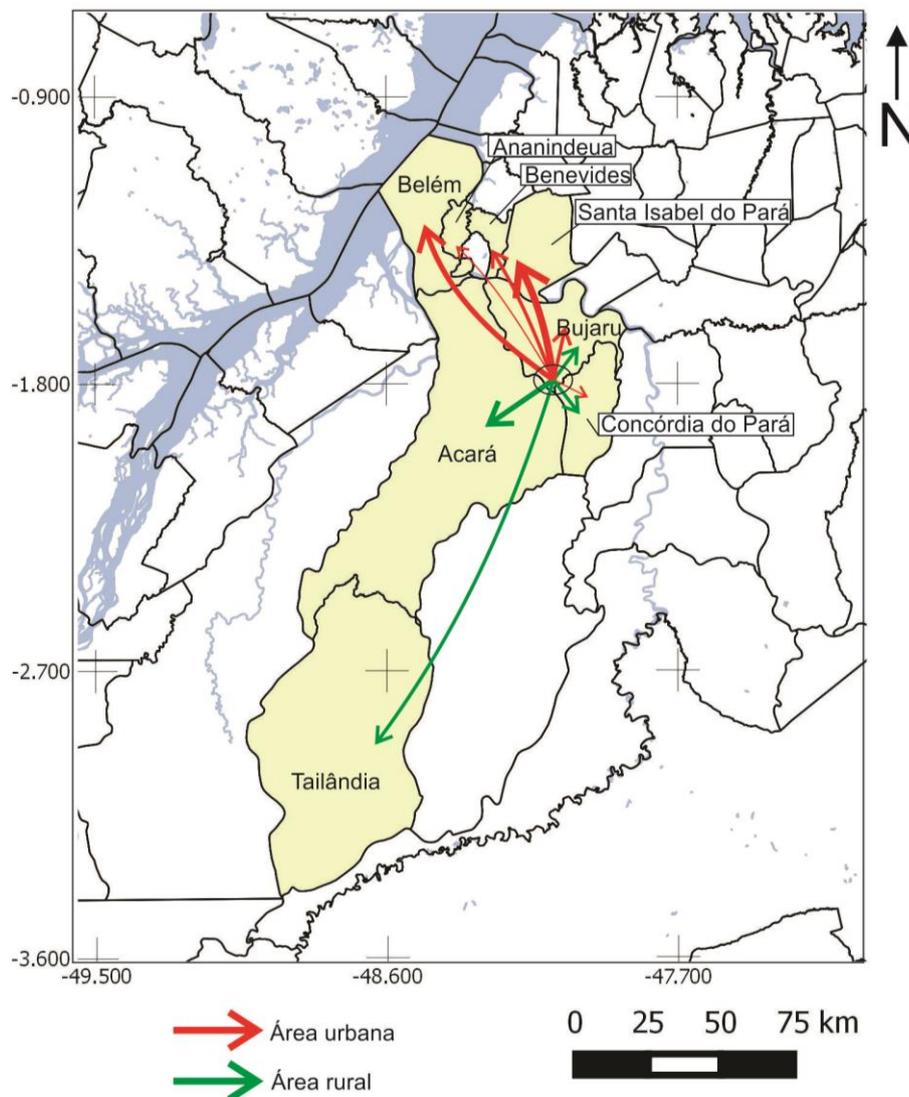


Fonte: Dados de campo (Jul/2015).

De acordo com as informações obtidas durante a elaboração do mapa mental da comunidade Conceição do Guajará, podemos observar quais foram os destinos das

famílias que migraram da comunidade. Podemos notar que os moradores foram tanto para áreas urbanas como rurais em uma espécie de diáspora que merece estudo e dimensionamento.

MAPA 5 - MAPA DA MIGRAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ (1990 - 2016).



Fonte: Dados de campo (Jul/2016).

Os principais motivos da saída dos moradores era a falta de perspectivas de melhorar de vida, tanto de forma econômica quanto familiar. Conforme Açaí (26 anos):

[..] o motivo da saída da maioria foi a pobreza, em busca de melhoria de vida. A ausência do poder público foi determinante, porque se tivesse um investimento na agricultura, uma formação técnica voltada para isso, com certeza os agricultores não tinham ido embora, porque, a base era a agricultura de subsistência, monocultivo

da mandioca. Aqui era contado quem tinha pimenta (do reino), ainda é contado, só que na época a pimenta estava muito barato também, não fazia tanta diferença. Teve um senhor que disse ali pro papai "Pedrinho, se ano que vem a farinha não dê dinheiro eu vou mim bora". E foi mesmo! Vendeu a terra pro ex-prefeito, a roça vendeu pro meu tio, foi embora e aí começou, um atrás do outro, isso a partir do ano 2002. O motivo da saída foi a busca por uma vida melhor. Alguns foram para o interior, pelo menos de fome eles não iria morrer. Quem sobrevive da agricultura, tem coragem pra trabalhar! Fome não passa, produzindo pelo menos pra si! Agora, quem foi para a cidade passou por momentos muito difíceis! Chega na cidade com pouco dinheiro, além do mais não sabe administrar, precisa logo de uma casa, porque a gente sabe que casa nos melhores lugares na cidade é muito caro. O cara vai para a periferia com filho, sem escolaridade, sem emprego, a tendência é a criminalidade. Na época também não tinha energia.

De acordo com esse morador, as famílias que foram para área urbana do município de Santa Izabel passaram muitas dificuldades financeiras, bem como o envolvimento dos jovens na criminalidade e nas drogas.

Desde a saída dos moradores através da venda de suas terras, os que ficaram no local sentiram a perda do seu território, assim estes restantes precisavam organizar-se e lutar pelo território existente. De acordo com Souza (1995) os territórios tem um caráter temporário e cíclico:

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto de territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN), territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica (SOUZA, p.81, 1995).

A perda dos territórios importantes para a comunidade como a Igreja Nossa Senhora da Conceição, Barracão dessa Igreja e a Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição, foram decisivas para a retomada da coordenação da comunidade, através da atuação mais efetiva do líder da comunidade, tanto para as celebrações religiosas (união do grupo) como para a construção de outro local para a convivência em comunidade, neste caso, o centro comunitário. Além desses, há outros aspectos de mais complexo tratamento, como a poluição dos igarapés e o aquecimento do clima, conforme analisaremos adiante.

Esses elementos estruturadores da vida comunitária (religião e educação) vão orientar o processo de retomada da identidade do grupo e o movimento para a restauração desses e de outros aspectos importantes para a coesão do grupo e para a existência desse espaço enquanto território. O conceito de território é entendido neste trabalho da seguinte forma "território, concebido e analisado como um espaço definido e delimitado por, e a partir de relações de poder" (CASTRO, GOMES E CORRÊA, p.355, 1995).

FOTO 7 - CENTRO COMUNITÁRIO EM 2016.



Fonte: Pesquisa de Campo (Jan/2016).

As celebrações religiosas (ou cultos) são organizadas e executadas pelo coordenador geral da comunidade (ou líder comunitário) que recebe cursos na Igreja que está localizada na sede do município de Bujaru. Essas celebrações periódicas (dia de domingo, e quartas nas casas das pessoas que compõem o grupo de jovens) foram responsáveis pela organização e sentimento de pertencimento à localidade.

4.5 CONCRETISMOS DA RESISTÊNCIA

Em que pese os evidentes avanços da agroindústria do dendê no município de Bujaru, na comunidade Conceição do Guajará, mesmo considerando os registros da demolição e quebra de valores identitários, expressam-se múltiplas facetas da resistência camponesa, como a negociação de um novo terreno com a empresa

Biopalma (dendê), negociação com técnicos dessa empresa e o impedimento de tornar parte do acesso da comunidade em terra privada dessa empresa.

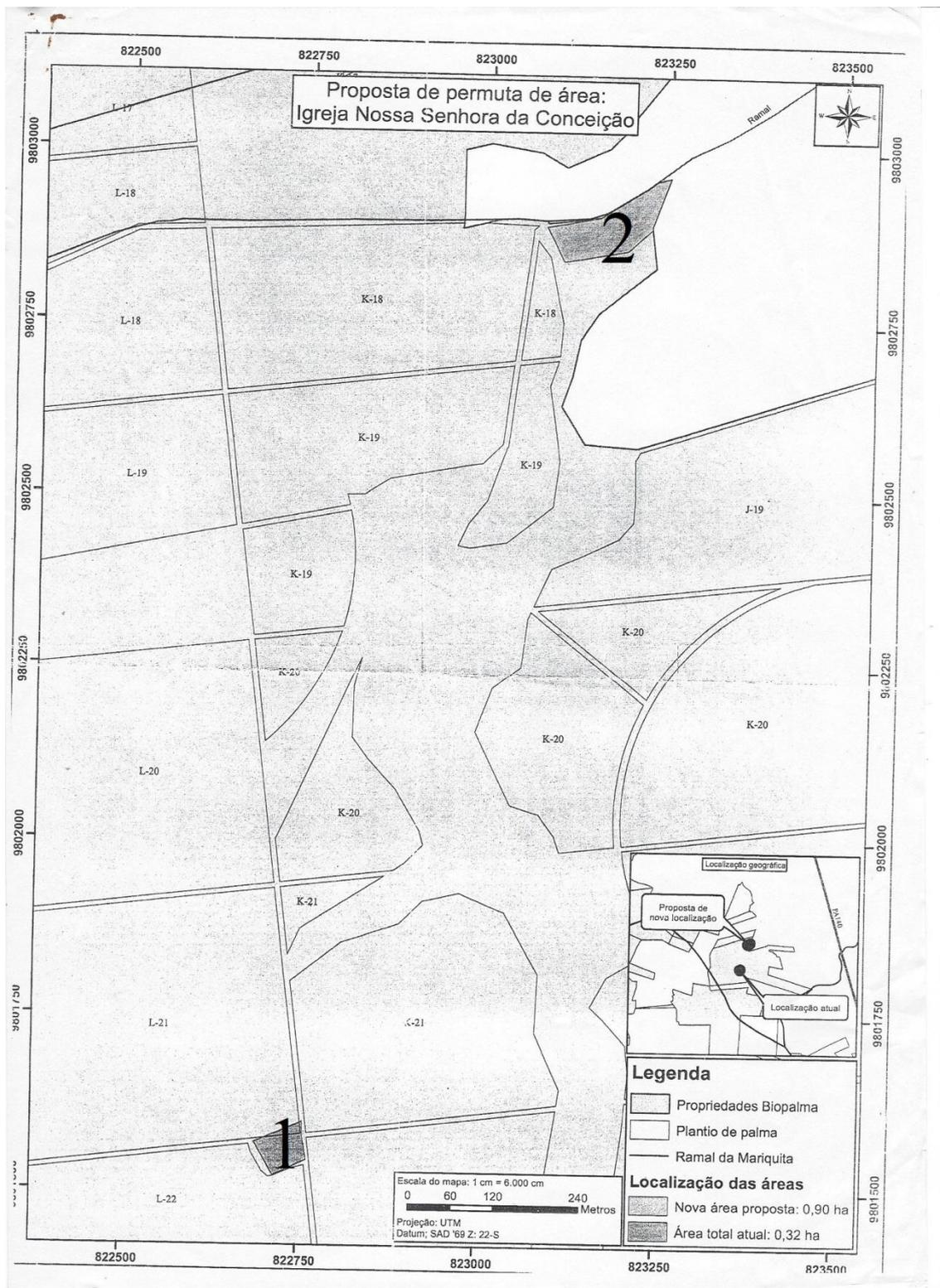
Para resumir a história dessa comunidade e focalizar a história de resistência recente, foi elaborada uma linha do tempo (secção 5.5.4) para demonstrar os principais acontecimentos de comunidade rural.

4.5.1. NEGOCIAÇÃO DO LOCAL PARA A PRÁTICA RELIGIOSA

A negociação de um novo terreno com a empresa Biopalma para a reconstrução da Igreja Nossa Senhora da Conceição iniciou com ajuda da Paróquia do município de Bujaru, conforme o Anexo B. Este documento comprova o envolvimento da Igreja Católica com a responsabilidade da Biopalma em oferecer um novo terreno para a prática religiosa da comunidade rural. Os moradores não recebem nenhum tipo de resposta da empresa.

Outra negociação foi a ida de 6 moradores à sede da empresa Biopalma (Km 39 da PA 140, município de Concórdia do Pará) e conseguiram marcar uma reunião. Dias depois técnicos da empresa foram medir as áreas e apresentaram um mapa com a área nova para a reconstrução da Igreja, conforme a Figura 5:

FIGURA 5 - NEGOCIAÇÃO DA NOVA ÁREA DA IGREJA CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ EM 2009.



Fonte: Acervo da comunidade

A área 1 representa a da antiga Igreja e a 2 a nova área cedida pela empresa. A empresa reconheceu que precisava reparar essa área para a comunidade e de acordo com Macaxeira (30 anos):

Aí a gente reuniu e decidiu que a Igreja não seria mais nossa. Aí chegou na ideia de entrar em contato com a empresa para que ela construísse outra ou então desse o terreno, mas no local que fosse de melhor acesso para todos e que fosse dentro da área dela mesmo, fazer tipo uma troca. Aí a gente ficou tentando pela Paróquia, depois com outras pessoas e não conseguimos... até que um dia a gente sentou e decidiu que a gente ia procurar lá na sede mesmo entrar em contato com o pessoal.

Verifica-se, nesse depoimento, que há um processo de negociação dentro dos marcos institucionais às claras, através de documentos e de propostas de compensação, do antigo templo pela construção de um novo ou de terreno onde ele pudesse ser contruído, desde que a ele fosse permitido o acesso. Esse tipo de reivindicação merece uma análise porque pode ser interpretado como um recuo, uma concessão, e não como um gesto de resistência. Mas pode ser interpretado também como um gesto de abrir mão do velho templo, mas não da religiosidade.

Na época a gente entrou em contato com Miure Borges que era a coordenadora da área MUNIZ, ela e o Rafael Rossi na época, não sei se eles trabalham mais lá. Nós fizemos um documento, um ofício. Tivemos uma reunião informal antes e depois outra reunião para entregar esse ofício, solicitando a troca, a permuta da área. Depois que a gente entregou isso ele deu um prazo. A partir daqui já vieram medir a área, que é aquele mapa que eu te mostrei [Figura 5].

Uma constatação que se tem nessa fala é de como o processo burocrático estabelecido é obedecido pelos subalternos e desobedecido, desrespeitado, desdenhado pelos dominantes que determinaram como deveria ser feito. A empresa aparentemente aceita a negociação, produz uma planta que passa a ser um documento firmado do compromisso de construir o templo, mas trata dessa demanda como se demonstra na continuação da entrevista:

Depois fizeram a medida, pensei que o negócio ia ser mais rápido. Quando foi em Novembro (2015) eu vi que estava demorando e entrei em contato. O (Açai) e eu nos reunimos e fomos na sede de novo, era outro responsável pela obra: Bruno Lima. Fui e levei aquele documento lá pra ele, ele disse que não era com ele isso, ele iria procurar o Albertino que fez a medida, só que no momento ele não estava. Veio e alegou que ele perdeu aquele mapa e tudo mais.... eu entreguei para ele e ele levou. Fez a medição novamente e disse que iria entrar em contato. Depois eu falei com outro representante, acho que é o técnico de segurança da empresa ele alegou que era para a

gente ter paciência que eles estavam tendo problema em outra área, uma área indígena.

As alegações para protelamento do cumprimento do acordo por parte da empresa demonstra a dificuldade em se estabelecer a negociação por conta do descompromisso de uma das partes. Troca de funcionários ou o atendimento por pessoas que não tem poder de decisão falta de prioridade no atendimento do acordo, perda de documento elaborado pela própria empresa, tempo diferenciados para o que diz respeito à produção e no que se refere ao social: quando se trata de acordos para adquirir terras, engajar agricultores no processo de integração, realizar tarefas do calendário agrícola, o tempo é o tempo do capital, contudo, quando é para cumprir acordos de construção de um templo, uma escola, uma estrada, etc. o tempo é outro, é o tempo social que a empresa usa a seu favor.

Só quem pode decidir essa situação é o presidente geral da empresa, e eu falei com ele no dia 08 de Dezembro (2015), lá no terreno do Pimenta-do-reino, já tem mais de um mês e até agora nenhuma resposta. Estou pensando em ir novamente atrás e ver o que a gente consegue. E também assim eles estão com uma ideia que elas vão dar a área, e o representante disse se por uma questão de doação... eu disse não! não é doação, se fosse doação é como se a gente não tivesse nenhum pedaço de terra e fosse pedir, então estamos fazendo uma troca é bem diferente que uma doação, até agora estamos aguardando (12/01/2016).

O representante da empresa assume a postura de que estavam fazendo uma doação para a comunidade, como uma bondade, uma concessão, mas a perspectiva do Macaxeira, representante comunitário não entende da mesma forma e durante o trabalho de campo esse morador relatou várias vezes que os membros das comunidades se sentem lesados pela perda da Igreja com a chegada da dendeicultura. O que se constata é uma postura arrogante, em que os interesses da empresa têm um estatuto de prioridade enquanto as demandas da comunidade são proteladas, desconsideradas, desdenhadas como se pudessem esperar *ad infinitum*.

Outra diferença marcante é que no diálogo, a empresa esgota a paciência dos comunitários ao descumprir acordos, perder documentos e protelar prazos, colocando pessoas de baixo escalão e sem poder de decisão para dialogar, ganhando tempo e apostando na desistência dos comunitários em manter suas reivindicações. De outro lado, os comunitários parecem acreditar no diálogo e constroem momentos de interlocução respeitosa, firmada em documentos, justificando ou repetindo as

justificativas da empresa. É curioso que a ação direta – entendida muitas vezes como violenta – só ocorre quando essa paciência se esgota e quando tantas negativas e demarches protelatórias demonstram a insegurança e incerteza dos que sofrem com as medidas de implantação da agroindústria. Não se sabe qual é esse tempo!

O que se pode apreender dessa longa fala é que fica explícita, no discurso da liderança comunitária, a clareza sobre os seus direitos e uma postura de resistência, posicionando-se e reposicionando-se estabelecendo diferenças de conceitos para um diálogo em que se contrapõem doação x troca, liderança comunitária x direção da empresa, interesses comunitários x interesses empresariais.

4.5.2 EXIGÊNCIA DE UM TUBO NO IGARAPÉ BRACINHO

O Igarapé Bracinho, que é o segundo em grau de importância nesta comunidade rural, está sendo ameaçado pela interferência da dendeicultura, em particular pelo uso intensivo de agrotóxicos e a perda da cobertura vegetal na nascente do rio.

De acordo com o morador Açai (26 anos) o Igarapé Bracinho está passando pelos mesmos riscos ambientais do Igarapé Guajará (principal na comunidade):

O Igarapé Bracinho não era muito diferente do Guajará. Era menor, mas era a mesma coisa em qualidade da água, alguma poluição que tinha era algum agricultor que colocava a mandioca na água, tirava as cascas e jogava na água, mas era insignificante comparado com o que está acontecendo agora, até porque a água continuava boa para o consumo. **Hoje o Igarapé Bracinho está comprometido assim como o Guajará.** Todo o nosso sistema hídrico da região, até os grandes centros como Belém, as margens e as fontes dos rios estão secando conseqüentemente o rio vai secar (14/01/2016).

Moradores acreditam que com o decorrer do tempo os dois Igarapés vão secar, porque desde que as fazendas foram implantadas nos terrenos dos moradores que venderam suas terras, acontece a retirada da mata ciliar desses rios e a conseqüente erosão e assoreamento, primeiro por causas dos bois que frequentavam a região da nascente e em segundo pela chegada da dendeicultura. Pode-se inferir que o grau de informação sobre a poluição química é maior do que no passado.

4.5.3 FECHAMENTO DO RAMAL

Outro tema tratado como insatisfação e grau de resistência foi a proposta da empresa em fechar alguns ramais da comunidade para o uso exclusivo dos funcionários. Nesse ramal que está na foto 4 foi bloqueado o acesso de não funcionários, embora ele fosse utilizado para chegar na casa de 3 famílias da localidade e conseqüentemente prejudicaria as mesmas.

FOTO 8 - RAMAL NÃO FECHADO DA COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ.



Fonte: Pesquisa de campo (Jan/2016).

Representantes da Empresa conversaram com Pupunha (72 anos) e sugeriram o fechamento desse ramal para ser de uso exclusivo de funcionários da empresa de dendê, colocando um portão com segurança no local. Em contrapartida indicaram outro ramal que também acessa a casa dessas três famílias, mas que demoraria cerca de 30 minutos (de moto) a mais para chegar nessas casas. A agricultora negou essa proposta.

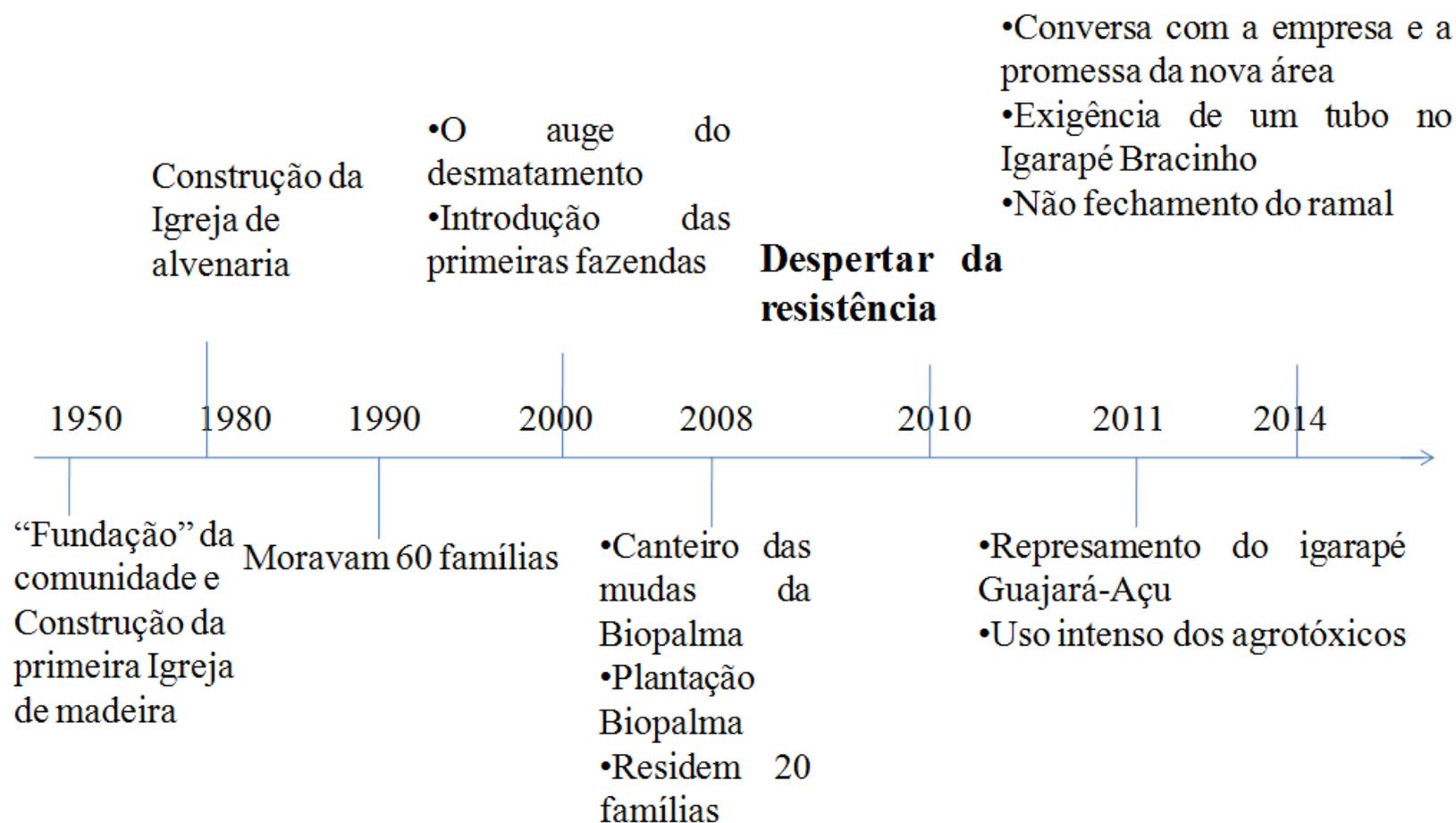
A foto 8 demonstra o contraste de dois elementos: primeiro o banco de sentar que remete a outra época, quando os moradores sentavam-se para uma conversa em baixo de uma árvore; o contraste é a placa branca da empresa Biopalma intitulada "Biopalma da Amazônia S/A. Reflorestamento. Propriedade Privada.", deixando clara a privatização da área que outrora era lugar comum e de usufruto dos moradores.

4.5.4 LINHA DO TEMPO DA RESISTÊNCIA

A elaboração da linha do tempo contribui para a ilustração dos 64 anos de história dessa resistência e como a resistência camponesa acontece na prática. Após a compra do terreno das fazendas pela Biopalma e início do canteiro de mudas, 2 anos após começa o chamado Despertar da Resistência³¹.

³¹ Termo utilizado na pesquisa para demarcar no período histórico, o começo das reivindicações sobre a terra e o território.

Linha do tempo da resistência



Fonte: pesquisa de campo.

Através dos dados de campo, foi realizado um resumo dos principais acontecimentos na comunidade rural Conceição do Guajará, marcando o início do chamado “Despertar da Resistência”. Este termo foi utilizado para designar a insatisfação de todos os moradores – entrevistados nessa pesquisa – sobre o rumo dos territórios historicamente construídos.

A partir do ano de 2010 pode-se notar uma indignação e tentativas de enfrentamento não violento com a empresa Biopalma para dialogarem sobre os usos do território da comunidade. Foi no decorrer do ano de 2010 que foram represados os Igarapés Guajará-Açu e Bracinho e foi percebido o uso indiscriminado de agrotóxicos no viveiro de mudas que estava instalado nesta localidade.

As perspectivas futuras são incertas na região, podendo ser sentido um clima favorável em relação ao trabalho rural, mas que podem ter problemas com danos ambientais decorridos da dendeicultura como o desmatamento de matas nativas e a seca dos Igarapés da localidade.

4.6 PERSPECTIVAS FUTURAS DOS MORADORES DE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ

O futuro da comunidade é incerto, principalmente no que tange às terras da dendeicultura. O morador Açai (26 anos) relata: "eu fico observando, não sei se estou viajando, de que vai ter um grande deserto aqui. Quem tiver vivo verá!" (14/01/2016).

Já o morador Macaxeira (30 anos) acredita que a área da empresa Biopalma pode se tornar um grande deserto e que a empresa não vai recuperar os igarapés para os quais a própria causou dano:

(..) acredito que não vai mudar muita coisa, tende a piorar, até porque essas áreas de dendê vão cair com o tempo que não tiver mais produtiva. Não sei se a área vai ser reutilizada ou vai ficar abandonada, corre o risco de acontecer uma grande desertificação da área, isso vai causar um grande dano ambiental. Perto dos igarapés talvez erosão, e em alguns locais os Igarapés já estão morrendo, como por exemplo o Timboteua-Cravo, que fica na área quilombola do Castanhalzinho, o próprio Igarapé Guajará (Açu) as cabeceiras já estão se acabando. Pela parte da empresa acredito que não vão tentar recuperar, pelo menos um reflorestamento com várias espécies sem ser o próprio dendê, porque eles alegam que estão reflorestando e se sabe que o reflorestamento não é só com uma espécie, mas uma diversificação de espécies para ter uma biodiversidade, se for só uma espécie é uma monocultura (12/01/2016).

De acordo com a fala do morador Macaxeira (30 anos) podemos perceber a falta de confiança com o futuro das áreas da dendeicultura e como esse monocultivo pode influenciar negativamente as terras agricultáveis pelos agricultores.

A imprecisão das informações sobre o projeto da empresa, no que se refere ao futuro da área de Conceição do Guajará, é demonstrada possivelmente pelo fato de que está explícito que os dendezaís são considerados produtivos economicamente por 25 anos. Depois desse período deveriam ser replantados ou deveria haver um manejo que fosse capaz de fazer uma sucessão para manter os índices de produtividade. Tais reflexões ainda não foram propositalmente esclarecidas e/ou discutidas. Daí a construção de hipóteses, inclusive questionando-se o termo reflorestamento.

De fato, há uma diferença entre silvicultura (cultivo de plantas arbóreas, em geral feita em monoculturas para exploração de madeira para diversos usos), reflorestamento (que é utilizado como sinônimo de silvicultura, mas que deveria ser aplicado como enunciado pelo entrevistado), e a dendeicultura, que é um plantio com finalidade específica, e que poderia ser enquadrada como silvicultura ou dada uma nomenclatura e conceito mais apropriado ao que vem sendo enunciado. Há também o conceito de Sistemas agroflorestais, em que se combinam plantas de diversos portes e funções em um mesmo espaço, com finalidades diversas (alimentação, madeira, artesanato, mobiliário, medicinal, condimentar...).

Tanto o morador Açai como o Macaxeira acreditam que só com o progresso do trabalho familiar, com a diversificação da produção pode-se criar um futuro seguro e sustentável ambiental e financeiramente para as famílias da localidade.

Durante o trabalho de campo pudemos acompanhar o trabalho na diversificação da produção, com a limpeza para o cultivo de 200 pés de mamão, conforme a foto 9, sendo o cultivo desta fruta uma novidade.

FOTO 9 - LIMPEZA DO TERRENO PARA O CULTIVO DE MAMÃO.

Fonte: Trabalho de campo (Jan/2016).

Em que pese às críticas, denúncias e negociações entre a empresa e os comunitários, o cerco realizado anuncia um tempo limitado para se manter a resistência, persistência e reprodução dessas famílias diante de tantas dificuldades.

4.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas de resistência dos agricultores da comunidade rural de Conceição do Guajará abrem uma reflexão para entender a influência de grandes projetos na realidade amazônica. A dendeicultura está exercendo pressões nos mercados fundiários e nos recursos da biodiversidade, principalmente na mesoregião Nordeste Paraense.

Esses camponeses entrevistados querem manter os modos de vida tradicionais e usam a tecnologia disponível para melhorar os cultivos que são as fontes de renda dessas pessoas. Há uma aparente contradição entre a manutenção de costumes e a demanda por melhorias e superação de limites no processo tecnológico, principalmente no que concerne ao aumento da produção e produtividade em áreas cada vez menores e sem possibilidades de pousio ou de rotatividade. As 20 famílias que estão no local pretendem permanecer e deixar para as gerações futuras a terra para o trabalho e os recursos hídricos e florestais para serem usados com parcimônia, porém isso implica em ajustes dos quais não se tem clareza sobre como realizar.

Em que pese o domínio da empresa sobre a área implicando em constrangimentos para o grupo de famílias que nela resistem, ações pela recuperação do espaço de culto religioso, de denúncias sobre o fechamento da escola, de poluição do manancial de água e do efeito sobre o clima estão presentes no cotidiano do grupo que se assume coletivamente, sem uma organização formal que lhes represente como seria enquadrável no escopo de análise de Hebetete, tampouco se dá por ações dissimuladas como propõe Scott.

O debate sobre resistência camponesa acende um alerta para os pesquisadores atentarem sobre as práticas do cotidiano, que frequentemente são vistas como algo "pequeno", mas que deixam claro, nas falas das pessoas, o grau de insatisfação e de revolta contra forças hegemônicas que expropriam a terra, os territórios, modificam costumes e práticas produtivas. Demonstram um grau de elaboração sofisticada de manutenção de valores, saberes e costumes que sofrem sistemático ataque e desqualificação pela mídia e pelos interesses empresariais, inserindo novos referenciais de consumo, fragilizando o grau de resistência historicamente construído pela autonomia produtiva e cultural de grupos camponeses.

Este estudo tem uma perspectiva interdisciplinar das ciências agrárias com foco na área social, com o intuito de promover a reflexão sobre resistência camponesa e como populações rurais promovem mobilizações e/ou resistências para garantir um futuro comum ajustado aos seus referenciais identitários, através da preservação ambiental e denúncias contra empresas e inoperância do poder público que findam causando danos ambientais.

4.8 REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus modos de vida**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **Religião, Educação, futebol e mercado: elementos estruturantes da vida social em povoados da Amazônia**. Belem, 10p. Trabalho não publicado.

HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: UFPA, 2004. vol. I, II, III e IV.

MAUÉS, R.H. Comunidades "no sentido social da evangelização": CEBs, camponeses e quilombolas na Amazônia Oriental Brasileira. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro. vol.30 n.2. 2010.

PONTES, Daniel Lucas Ribeiro; GUERRA, Gutemberg. Resistência camponesa: duas abordagens para um conceito. **Raízes**, V. 36, n, 1, jan-jun/2016.

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo; CORRÊA, Roberto. *Geografia: Conceitos e Temas*.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**: o estudo do homem nos trópicos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão acadêmica realizada no trabalho demonstra como o estudo de comunidades rurais atingidas por grandes projetos na Amazônia existem e resistem particularmente no que se refere à reprodução do campesinato. Nem todas as ações podem ser consideradas como resistência à agroindústria porque podem ser apenas um reflexo da existência no local de moradia.

Os moradores da comunidade estudada lutam todos os dias para a permanência na terra, preservação cultural, religiosa e do trabalho. Lutam também contra uma ameaça ambiental atrelada (segundo eles) às práticas capitalistas da agroindústria do dendê na localidade e nos municípios vizinhos. Tais práticas se efetivam de maneira acelerada devido à omissão do poder público.

Para demonstrar a realidade dos moradores de Conceição do Guajará utilizou-se a cartografia geográfica através da coleta de pontos do GPS e a cartografia social, a fim de evidenciar a perda dos territórios causados primordialmente pela pobreza na localidade (baixa produtividade), capitulação (migração), pela especulação imobiliária (fazendas) e pelo interesse de capitais nacionais e internacionais (dendeicultura).

O debate sobre resistência camponesa tem como objetivo alertar os pesquisadores sobre as resistências do cotidiano, permitindo um olhar para as ações de famílias isoladas que interferem nas realidades locais, assim como as mobilizações maiores da classe camponesa realizada por entidades representativas.

Para além do debate da resistência é preciso frisar o papel fundamental das organizações presentes no local, como a Igreja Católica, através da Paróquia de Bujaru; membros da associação ABBA e a organização local. A Igreja exerce influência local através das lições e práticas religiosas praticadas pelos moradores, seja pelo culto dominical administrado pelos próprios moradores e pela moral cristã que exerce influência nas formas de socialização (casamentos, aniversários, roupas e imagens de santos/santas). A agressão ao sentimento religioso da comunidade é patente com a apropriação do espaço em que se exercia a relação com o sagrado, tornando central a reivindicação por um novo espaço em que essa prática pudesse ser continuada. Merece reflexão se a ação da empresa tinha o objetivo explícito de implodir os principais

elementos de coesão da comunidade atingindo justamente esse ponto de agregação (a religiosidade) ou se foi mera casualidade.

A Associação ABAA mudou o sistema produtivo de três famílias diretamente, visto que os associados diversificaram a produção, como a introdução do cultivo de mamão, maior investimento na venda de banana e pupunha e a implantação dos apiários para a comercialização do mel de abelha. Com a participação dos associados de Conceição do Guajaja nas decisões desta associação na cidade de Bujaru, eles buscam a troca de saberes com os demais associados das zonas rurais dos municípios de Bujaru, Concórdia do Pará e São domingos do Capim.

A organização interna nesta comunidade é compreendida através das práticas religiosas e produtivas. A religiosidade possibilita a organização da comunidade por conta das constantes reuniões religiosas (culto dominical, leitura orante da Bíblia e nos aniversários) que também são debatidas as possibilidades do mutirão, seja para a limpeza de um terreno ou para a colheita de um determinado produto no tempo certo.

Durante a pesquisa de campo pudemos perceber a insatisfação de moradores pelo aumento da criminalidade nas vias de acesso - ramais - com agressões às outras moradias e regiões próximas. De acordo com os moradores, muitos ramais foram construídos pela Empresa do dendê, melhorando a locomoção para automóveis, no entanto o índice de roubos e assaltos na localidade aumentou. Esse é um ponto que merece atenção redobrada, pois se a mobilidade interna dos moradores da comunidade é importante, de igual monta é o controle do território e da circulação nessa área, o que se perdeu com a intervenção empresarial.

Os cursos realizados na Paróquia São Joaquim na sede do município de Bujaru, como: líder comunitário, secretário e tesoureiro, fortalecem a organização comunitária, sendo um importante elo entre os jovens e o prosseguimento com os estudos.

Realizando um debate sobre capítulos da dissertação, podemos notar o primeiro capítulo como a base teórica para o entendimento da principal teoria abordada: a resitência camponesa. Elaborada e discutida pelos autores James Scott e Jean Hébette, podemos perceber a materialidade dessas resitências na Comunidade Conceição do Guajará através do segundo e terceiro capítulo.

O segundo capítulo abordou as cartografias elaboradas durante a pesquisa, sendo a cartografia geográfica resultados dos pontos do GPS e a cartografia social ou autocartografia a partir dos conhecimentos e saberes dos moradores da localidade. Esses “mapas” vedem ser intitulados como croquis devido ao recorte utilizado, a elaboração manuscrita e ao não uso dos pontos cardiais, o que entretanto não diminui a percepção do domínio mental que os moradores possuem do espaço vivido.

O terceiro capítulo analisou a resistência materializada no lugar, visto que a ocupação do território pela agroindústria despertou uma reação e um sentimento de insatisfação social. Por conta disso, foi elaborada uma linha do tempo para pontuar os principais acontecimentos no local e a percepção que os habitantes tem dessas transformações, reinvidicando reposicionamentos da empresa e reposição de direitos perdidos por conta das intervenções.

O debate sobre resistência camponesa é atual devido ao prosseguimento dos grandes projetos no Brasil e regionalmente na Amazônia, como as monoculturas das agroindústrias do dendê, da soja, da cana e as Hidrelétricas, provocando conflitos ambientais e reações de comunidades rurais, como as demonstrações de resistências camponesas abordadas nessa dissertação. Acreditamos que esse trabalho possa contribuir para o prosseguimento de estudos voltados para a área interdisciplinar dos estudos rurais, bem como para os voltados especificamente para o tema resistência do campesinato.

6 REFERÊNCIAS

BEAUD, S.; WEBER, F. Trabalhar as entrevistas e o diário de campo. In: _____. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos.** Tradução de Sérgio Joaquim de Almeida. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 155-188.

BECKER, H.S. **Observação social e estudos de casos sociais: métodos de pesquisa em ciências sociais.** Tradução Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 117-133.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina.** São Paulo: Paz e Terra, 30ª edição, 1990.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL. Apresentação. 2014. Disponível em <<http://novacartografiasocial.com/apresentacao/>> acesso em: 19/06/2015 às 19:00 horas.

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** 5. ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-212.

OLIVEIRA, R.C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: _____. **O trabalho do antropólogo.** 2. ed. São Paulo: Editora Unesp: Paralelo 13, 2000. p.17-35.

ANEXO A - HISTÓRICO DA COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ (NÃO FINALIZADO) 2014.



**Diocese de Abaetetuba
Paróquia São Joaquim
Comunidade Nossa Senhora da
Conceição do Guajará**



HISTÓRICO

A comunidade Nossa Senhora da Conceição - Conceição do Guajará está situada geograficamente na região sul do município de Bujaru - PA, a uma distância de aproximadamente trinta e cinco quilômetros da sede municipal (sendo 29 km percorridos na PA 140 e mais ou menos seis km no ramal Mariquita). Atualmente esta comunidade é constituída por 26 (vinte e seis) famílias: 1 Jacilene e Antônio Marques, 2 Antônia e Geraldo, 3 Tereza e Francini, 4 Isabel Silva e Joao Conceição, 5 Graciene e Roger, 6 Luciane e Claudileno, 7 Maria José e Pedro, 8 Angélica e Osvaldo, 9 Benedita Abreu, 10 Geralda e Ordeny, 11 Amélia e José Duarte, 12 Maria da Conceição e Pedro, 13 Maria Marta e Emílio, 14 Simone e José Maria, 15 José Albernás, 16 Maria Lucila e Jafé, 17 Ana Cristina e Odair José, 18 _____, 19 Raimunda do Nascimento, 20 Maria José e José Pereira, 21 Rosiléia e Antônio Magno, 22 Dulcinéia e Simeão Costa, 23 Maria das Graças e Eliseu, 24 _____, 25 _____ e 26 _____.

Esta comunidade foi fundada inicialmente por cinco famílias sendo que quatro delas eram lideradas pelos irmãos Andrade e vieram da região do igarapé Galho Grande localizado na comunidade do Nossa Senhora das Graças – Vila do Cravo, a saber: Antônio Germano Andrade, Marinho Oliveira Andrade, Estanislau Oliveira Andrade, Manoel Brás Andrade. A outra família que já residia nesta localidade quando os irmãos Andrade chegaram era liderada pelo senhor Manoel da Mata, popularmente conhecido como Manoel “Boca Rica”.

Os membros da família Andrade eram participantes da comunidade do Nossa Senhora das Graças – Vila do Cravo, mas devido a distancia ate a capela da referida comunidade e a dificuldade em participar das atividades da mesma surgiu a necessidade de fundar uma comunidade para celebrar e viver a Fé Católica.

Não se sabe exatamente o ano em que esta comunidade foi fundada. Sabe-se, porém que foi no início da década de 1950 que ela surgiu, quando Frei João Francisco

(Capuchinho) era vigário da Paróquia São Joaquim. Segundo relatos dos moradores mais antigos, foi Frei João Francisco que celebrou a primeira Missa nesta comunidade, sendo ele também um dos responsáveis pela criação da mesma.

Segundo o que relata Raimunda do Nascimento, moradora mais antiga desta comunidade, no ano de 1954, quando morava na localidade Mariquita participou de uma Missa nesta comunidade. A capela era de taipa (paredes de barro e telhado coberto com cavaco). Em 1955 Raimunda, aos 14 anos, veio morar com seus pais na comunidade.

Com o passar dos anos outras famílias foram chegando nesta comunidade, atraídas pelas terras férteis da região. A população da comunidade local aumentou. Com isso foram surgindo outras lideranças. Esse processo se intensificou com a criação dos Grupos de Evangelização, na Paróquia São Joaquim, em 1972. Dentre essas lideranças podemos citar Raimundo Araújo e Dona Bezinha, Manoel Maranhense, Pergentino, Maria de Fátima, Evangelista (Vângeo), Jafé Oliveira Santana, Gerson Padre do Nascimento, entre outros.

Em meados dos anos 80, na gestão de Evangelista, foi construída a capela de alvenaria, que existe até hoje. Após a gestão de Gerson Padre do Nascimento que ocorreu no início da década de 90. José Pereira Silva, filho de Manoel Maranhense, liderou esta comunidade por 14 anos. Neste período a comunidade foi dividida, surgindo então a comunidade São João do Guajará. No início do ano 2000 a referida comunidade deixou de existir e novamente passou a existir apenas uma comunidade nessa região. Outro fato marcante que aconteceu nesse período foi a visita do Bispo da Diocese de Abaetetuba Dom Flávio Giovenale, que ficou encantado com a beleza natural que se encontrava ao redor da capela.

Em 2008 formaram uma coordenação composta por cinco integrantes: José Pereira Silva (coordenador), Maria Marta Vieira dos Santos (vice-coordenadora), Antônio Magno Vieira dos Santos (secretário), Jardson Costa Silva (Vice- secretário) e Maria Geralda (tesoureira). Esta coordenação atuou por dois anos.

Em dezembro de 2010, em vista da Assembléia Paroquial que aconteceu em janeiro de 2011, outra coordenação foi formada composta, também, por 05 integrantes: Antônio Magno Vieira dos Santos (coordenador), Rildo Vieira Albernás (vice-coordenador), Francisco Messias Vieira dos Santos (secretário), Creusa Albernás Santana (tesoureira) e Jafé Oliveira Santana (zelador do patrimônio). Esta é a atual coordenação da Comunidade Nossa Senhora da Conceição – Conceição do Guajará.

ANEXO B - INTERVENÇÃO DA PARÓQUIA SÃO JOAQUIM PARA A PERMUTA DA IGREJA CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ

DIOCESE DE ABAETETUBA
PARÓQUIA DE SÃO JOAQUIM
 CNPJ: 02727757/0021-50

Bujaru, 09 de Agosto de 2014.

OFICIO: 298/2014
DA: PARÓQUIA SÃO JOAQUIM - COMUNIDADE CONCEIÇÃO DO GUAJARÁ
A EMPRESA BIOVALE

Que este vos encontre com a graça de Deus, com saúde e muita paz!

A Comunidade Conceição do Guajará, pertencente à Paróquia São Joaquim de Bujaru, vem Por meio deste, lhe por a parte de uma reunião que aconteceu no último dia 05/08, com representantes da comunidade e da Empresa Biovale, onde foram apresentadas as dificuldades que nossa comunidade está passando, quanto ao terreno da mesma, que se encontra isolada devido aos plantios de Dendê.

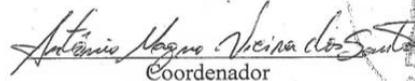
A comunidade tem cerca de 60 anos de caminhada de evangelização, possui hoje um terreno localizado no ramal Vila conceição medindo 45m de lado esquerdo, 44 m do lado direito 53m de frente e 48 m de fundos, cercada pelo plantio de Dendê, no setor 02 do polo de Concórdia, distante de todas as famílias que integram esta comunidade. Devido a Distância a comunidade vem sofrendo graves perdas tanto materiais quanto espirituais, como furtos de matérias da comunidade e da escola desativada que fica ao lado da capela além da fiação elétrica e de transformadores de energia, motivo pelo qual a comunidade não está realizando celebrações á noite na capela, dificultando o trabalho de evangelização.

Assim vimos solicitar desta empresa: **PERMUTA DA-ÁREA NA QUAL SE ENCONTRA A CAPELA, POR OUTRA ÁREA QUE FICA LOCALIZADA EM FRENTE A RESIDÊNCIA DO SENHOR JAFÉ OLIVEIRA SANTANA, COM TAMANHO DE 100M, COM COMPRIMENTO ATÉ A MARGEM DO RIO GUAJARÁ-ACÚ, PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA CAPELA E SALÃO COMUNITÁRIO.**

Cientes de vossa colaboração quanto ao pedido agradecemos a atenção, ficamos no aguardo de vossa resposta e rogamos ao nosso Deus, que pela intercessão da Imaculada Conceição, derrame toda benção e graça sobre o vosso trabalho, vossa família e vida.

Atenciosamente,


 Pároco


 Coordenador

Endereço: Rua Princesa Isabel, nº 149, Centro, Bujaru - PA CEP: 68670-000
 Contatos: (91) 37461177 - 99665219

FONTE: Acervo da comunidade.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Resistência camponesa à agroindústria do dendê na comunidade Conceição do Guajará em Bujaru/PA.

Nome do Orientador: Gutemberg Armando Diniz Guerra

Nome do aluno do Mestrado: Daniel Lucas Ribeiro Pontes

1 – Natureza da pesquisa: Solicitamos aos moradores da comunidade Conceição do Guajará consentimento para a realização de pesquisa que tem como finalidade (i) Compreender a resistência camponesa à agroindústria do dendê existente na comunidade Conceição do Guajará; (ii) Analisar como a propriedade da empresa Biopalma modificou a comunidade rural Conceição do Guajará; (iii) Identificar as formas de expressão da resistência camponesa na comunidade Conceição do Guajará; (iv) Problematizar a resistência camponesa dos moradores da comunidade Conceição do Guajará.

2 – Participantes da pesquisa: O público prioritário desta pesquisa são as famílias de agricultores familiares da comunidade Conceição do Guajará.

3 – Envolvimento na pesquisa: ao participar deste estudo o (a) Sr(a) permitirá que o pesquisador possa participar sempre que necessário, do dia a dia das famílias e da comunidade envolvida na pesquisa. O público prioritário desta pesquisa, ou seja, as famílias de agricultores familiares da comunidade Conceição do Guajará terão liberdade de se recusar a participar e ainda a recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o pesquisador ou para o(s) pesquisado (s). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone ou email do pesquisador do projeto e, se necessário através do telefone ou email do orientador desta pesquisa.

4 - Sobre as entrevistas: as entrevistas semi-estruturadas – serão guiadas por perguntas-chaves, porém abertas e fechadas – tendo como objetivo estimular o entrevistado a falar abertamente sobre um determinado assunto, sem perder o foco da pesquisa e o direcionamento da entrevista. Através dessa metodologia buscar-se-á criar um ambiente confortável, no qual o entrevistado possa se expressar livremente, sem as limitações criadas por um questionário. Os questionários, só serão usados se forem extremamente necessários e se não tiver outra ferramenta metodológica para substituí-los. As entrevistas serão gravadas e anotadas em cadernos de campo.

5 – Riscos e desconforto: a participação nessa pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos a sua dignidade.

6 – Confidencialidade: todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o pesquisador e o orientador terão conhecimento dos dados.

7 – Benefícios: ao participar desta pesquisa o pesquisado não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre a história da comunidade Conceição do Guajará, bem como as mudanças ocorridas nos últimos 10 anos na localidade. Desta forma, o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos durante e após a pesquisa, em artigos científicos e em atividades de restituição das informações para a comunidade Conceição do Guajará.

8 – Pagamento: o público prioritário desta pesquisa, ou seja, as famílias de agricultores familiares da comunidade Conceição do Guajará, não terão nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

OBS: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Bujaru/PA, dia ____ de _____ de _____.

NOME:

1- _____

Assinatura do Participante da Pesquisa

CPF: _____

RG: _____

2- _____

Daniel Lucas Ribeiro Pontes -CPF: 01384151290 / RG: 6356551

Pesquisador

3- _____

Gutemberg Armando Diniz Guerra

Orientador da Pesquisa

Pesquisador principal: Daniel Lucas Ribeiro Pontes (e-mail: pontesdlr@gmail.com / (91) 988938155 (OI) (91) 981687650) (TIM);

Demais pesquisadores: Gutemberg Armando Diniz Guerra (gguerra@ufpa.br).